

Handwritten initials and marks in the top right corner.

CONTAS DE GERÊNCIA 2025





Índice

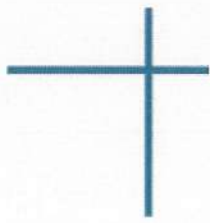
I	DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
1	BALANÇO INDIVIDUAL EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025
1.1	ANÁLISE DE RÁCIOS FINANCEIROS EM FUNÇÃO DO BALANÇO
2	DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS INDIVIDUAL EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025
2.1	ANÁLISE DA DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS
3	DEMONSTRAÇÃO DAS ALTERAÇÕES NO CAPITAL PRÓPRIO EM 31 DE DEZ. DE 2025
3.1	ANÁLISE DA DEMONSTRAÇÃO DOS FUNDOS PATRIMONIAIS
4	DEMONSTRAÇÃO DE FLUXOS DE CAIXA INDIVIDUAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025
4.1	ANÁLISE DA DEMONSTRAÇÃO DE FLUXOS DE CAIXA
II	ANEXO
1	NOTA INTRODUTÓRIA
2	REFERENCIAL CONTABILÍSTICO DE PREPARAÇÃO DAS DEMONSTR. FINANCEIRAS
3	POLITICAS CONTABILÍSTICAS, ALTERAÇÕES NAS ESTIMATIVAS CONTABIL. E ERROS
3.1	BASES DE APRESENTAÇÃO
3.2	POLÍTICAS DE RECONHECIMENTO E MENSURAÇÃO
3.3	ALTERAÇÕES NAS POLITICAS CONTABILÍSTICAS E CORREÇÕES DE ERROS
4	ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS
4.1	GARANTIAS PRESTADAS
5	ATIVOS INTANGÍVEIS
6	LOCAÇÕES
7	CUSTO DOS EMPRÉSTIMOS OBTIDOS
8	INVENTÁRIOS
9	RENDIMENTOS E GANHOS
10	SUBSÍDIOS E OUTROS APOIOS DE ENTIDADES PUBLICAS
10.1	SUBSÍDIOS AO INVESTIMENTO
10.2	SUBSÍDIOS À EXPLORAÇÃO
11	INSTRUMENTOS FINANCEIROS
11.1	CONTAS A PAGAR
11.2	CONTAS A RECEBER
12	BENEFÍCIOS DOS EMPREGADOS
13	DIVULGAÇÕES EXIGIDAS POR OUTROS DIPLOMAS LEGAIS
14	OUTRAS INFORMAÇÕES
14.1	FLUXOS DE CAIXA
14.2	INVESTIMENTOS FINANCEIROS



RELATÓRIO DE ATIVIDADES E CONTAS 2025

- 14.3 FUNDADORES/BENEMÉRITOS/PATROCINADORES/DOADORES/ASSOCIADOS/MEMBROS
- 14.4 DETALHES DOS DIFERIMENTOS
- 14.5 FORNECEDORES E SERVIÇOS EXTERNOS
- 14.6 FUNDOS PATRIMONIAIS
- 14.7 DETALHE DE OUTROS RENDIMENTOS E GANHOS EM 2025 E 2024
- 14.8 DETALHE DE OUTROS GASTOS E PERDAS EM 2025 E 2024
- 14.9 RESULTADOS FINANCEIROS
- 15 ACONTECIMENTOS APÓS A DATA DO BALANÇO
- III RELATÓRIO DE GESTÃO
 - 1 INTRODUÇÃO
 - 2 IRMANDADE
 - 3 GESTÃO FINANCEIRA
 - 3.1 EVOLUÇÃO DOS RENDIMENTOS
 - 3.2 EVOLUÇÃO DOS GASTOS
 - 3.3 EVOLUÇÃO DOS RESULTADOS
 - 3.4 ATIVO/PASSIVO
 - 3.5 DESVIOS ORÇAMENTAIS
 - 3.6 RESULTADOS POR RESPOSTA SOCIAL
 - 3.7 CONCLUSÃO
 - 3.8 PERSPETIVAS/PROJETOS
 - 3.9 PROPOSTA DE APLICAÇÃO DE RESULTADOS
 - 3.10 AGRADECIMENTOS
- IV CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS
- V ATA DO CONSELHO FISCAL
- VI APROVAÇÃO DO RELATÓRIO E CONTAS DE GERÊNCIA





**I. DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
INDIVIDUAIS PARA O EXERCÍCIO
FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025**



1

Balanço

Rúbricas	Notas	DATAS	
		31-dez-25	31-dez-24
Ativo			
Ativo não corrente			
Ativos fixos tangíveis	4	7 752 043,90	7 599 375,45
Investimentos Financeiros	14.2	5 500,00	6 000,00
Ativos intangíveis	5	0,00	0,00
		7 757 543,90	7 605 375,45
Ativo corrente			
Inventários	8	30 943,23	48 641,41
Créditos a receber	11.2	111 299,79	124 896,93
Estado e outras Entidades públicas	11.2	0,00	0,00
Fund./ Patroc. Associados/Membros	14.3	1 617,00	0,00
Diferimentos	14.4	7 315,20	6 847,91
Outros ativos correntes	11.2	1 089 831,37	1 353 814,11
Caixa e depósitos bancários	14.1	388 913,12	366 478,31
		1 629 919,71	1 900 678,67
Total do ativo		9 387 463,61	9 506 054,12
Fundos patrimoniais e passivo			
Fundos patrimoniais			
Fundos	14.6	1 620 231,04	1 620 231,04
Resultados transitados	14.6	2 380 056,40	2 371 320,13
Ajustam./Outras variações nos F. P.	14.6	3 281 131,11	3 308 101,46
		7 281 418,55	7 299 652,63
Resultado líquido do período		6 906,33	8 736,27
Total do fundo dos fundos patrimoniais		7 288 324,88	7 308 388,90
Passivo			
Passivo não corrente			
Financiamentos obtidos	7	950 278,75	1 079 600,41
		950 278,75	1 079 600,41
Passivo corrente			
Fornecedores	11.1	281 434,74	338 311,23
Estado e outros entes públicos	11.1	72 904,44	66 950,77
Financiamentos obtidos	7	129 321,66	129 321,66
Diferimentos	11.1	0,00	0,00
Fornecedores de Investimento	11.1	122 453,29	81 984,50
Outros passivos correntes	11.1	542 745,85	501 496,65
		1 148 859,98	1 118 064,81
Total do Passivo		2 099 138,73	2 197 665,22
Total dos fundos patrimoniais e do passivo		9 387 463,61	9 506 054,12

C.C.:



1.1. Análise de Rácios Financeiros em função do Balanço

Procede-se à análise dos principais rácios financeiros, com o objetivo de avaliar a situação económica e financeira da Misericórdia de Boticas:

Rácios de Liquidez

O rácio de liquidez geral, obtido através da relação entre o ativo corrente e o passivo corrente, apresenta um valor de 1,42 em 2025, face a 1,70 em 2024. Este indicador demonstra que a Misericórdia possui capacidade para fazer face às suas obrigações de curto prazo, embora se verifique uma diminuição da margem de segurança relativamente ao período anterior.

Relativamente à liquidez imediata, o rácio situa-se em 0,34 em 2025, evidenciando que apenas uma parte reduzida das dívidas de curto prazo pode ser liquidada com os meios financeiros disponíveis (caixa e depósitos).

Rácios de Estrutura Financeira

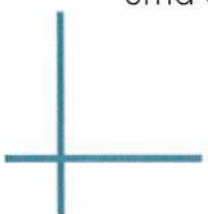
Por sua vez, o rácio de endividamento situa-se em 22,4%, verificando-se uma ligeira diminuição face a 2024. Este valor confirma que a instituição apresenta um nível de endividamento baixo e controlado.

Rácios de Rentabilidade

A rentabilidade do ativo é bastante reduzida, situando-se em 0,07% em 2025. De igual forma, a rentabilidade dos fundos patrimoniais é de cerca de 0,09%. Estes valores indicam que a instituição gera resultados muito reduzidos face aos recursos que possui.

Equilíbrio Financeiro

O fundo de maneo apresenta um valor positivo de 481.059,73€ em 2025, o que indica que o ativo corrente é suficiente para cobrir o passivo corrente. No entanto, verifica-se uma redução significativa face ao período anterior, o que evidencia uma diminuição da folga financeira.



Em termos globais, a Misericórdia de Boticas apresenta uma situação financeira estável, caracterizada por uma equilibrada autonomia financeira e um baixo nível de endividamento. Contudo, observa-se uma diminuição dos níveis de liquidez e uma rentabilidade bastante reduzida, o que poderá constituir um fator de risco no futuro.

2

Demonstração de Resultados

RENDIMENTOS E GANHOS	Notas	Períodos	
		31-dez-25	31-dez-24
Vendas e serviços prestados	9	4 938 793,52	4 537 792,70
Subsídios, doações e legados à exploração	10.2	128 722,44	131 068,74
Trabalhos para a própria entidade		0,00	0,00
Custo das Mercadorias Vendidas e Matérias Consumidas		-134 619,88	-140 671,92
Fornecimentos e serviços externos	14.5	-1 446 996,21	-1 453 107,05
Gastos com o pessoal	12	-3 417 781,33	-3 056 718,32
Ajustamentos de inventário (perdas/reversões)		0,00	0,00
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)		0,00	0,00
Provisões (aumentos/reduções)		0,00	0,00
Outras imparidades (perdas/reversões)	14.2	-500,00	0,00
Outros rendimentos	14.7	131 770,90	298 744,84
Outros gastos	14.8	-11 004,50	-5 411,04
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos		188 384,94	311 697,95
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	4;5	-157 847,16	-262 737,90
Resultado operacional		30 537,78	48 960,05
Juros e rendimentos similares obtidos	14.9	3 120,88	2 649,91
Juros e gastos similares suportados	14.9	-26 752,33	-42 873,69
Resultados antes de impostos		6 906,33	8 736,27
Imposto sobre o rendimento do período		0,00	0,00
Resultado líquido do período		6 906,33	8 736,27

C.C.: _____

2.1. Análise da Demonstração de Resultados

Uma Demonstração de Resultados (DR) mostra como a entidade gerou lucro ou prejuízo ao longo do ano.

A análise da Demonstração de Resultados do exercício de 2025 permite concluir que a Misericórdia de Boticas apresenta um resultado líquido positivo de 6.906,33€, mantendo assim uma situação de equilíbrio económico.

Apesar do crescimento registado ao nível dos serviços prestados, o qual demonstra a continuidade e dinamismo da atividade operacional, este não se traduziu num aumento da rentabilidade. Tal situação deve-se, essencialmente, ao aumento dos gastos, com particular destaque para os gastos com o pessoal e fornecimentos e serviços externos, que exerceram uma pressão relevante sobre os resultados.

Conclui-se que, embora a Misericórdia se mantenha economicamente viável, apresenta sinais de pressão ao nível da rentabilidade.

3

Demonstração dos Fundos Patrimoniais

	Notas	Fundos	Resultados Transitados	Ajustamentos /Outras variações nos FP	Resultado líquido por período	Total	Total dos FP
Posição no início do período (1)	14.4	1 620 231,04	2 371 320,13	3 308 101,46	8 736,27	7 308 388,90	7 308 388,90
Alterações no Período							
Outras alterações reconhecidas nos FP (2)			8 736,27	-26 970,35	-8 736,27	-26 970,35	-26 970,35
Resultado Líquido do Período (3)					6 906,33	6 906,33	6 906,33
Resultado Extensivo							
Posição no final do período (1)+(2)+(3)		1 620 231,04	2 380 056,40	3 281 131,11	6 906,33	7 288 324,88	7 288 324,88

C.C.:

João V. Braga



3.1. Análise da Demonstração dos Fundos Patrimoniais

Uma Demonstração dos Fundos Patrimoniais (DFP) mostra a evolução dos fundos próprios (ou património líquido) de uma entidade ao longo de um determinado período contabilístico. Ela explica como o total dos fundos patrimoniais mudou desde o início até ao final do período, destacando três componentes principais: fundos, resultados transitados, e ajustamentos/variações.

A Misericórdia inicia o período com 7,31 milhões de euros em fundos patrimoniais.

O património líquido diminuiu ligeiramente em relação ao início do período (queda de cerca de 20.064,02€), sobretudo devido aos ajustamentos negativos (-26.970,35€), parcialmente compensados pelo lucro do período (+6.906,33 €).

A Misericórdia de Boticas mantém uma posição patrimonial sólida, com pequena oscilação devido a variações contabilísticas e um resultado líquido positivo, mas pequeno.

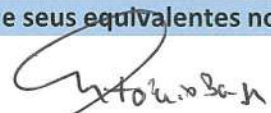


4

Demonstração de Fluxos de Caixa

DEMONSTRAÇÃO DE FLUXOS DE CAIXA	Notas	31-dez-25	31-dez-24
Fluxos de caixa das atividades operacionais			
Recebimentos de clientes e utentes	9	2 426 225,32	2 203 678,70
Pagamentos de subsídios		0,00	0,00
Pagamentos de apoios		0,00	0,00
Pagamentos de bolsas		0,00	0,00
Pagamentos a fornecedores	14	-1 612 827,01	-1 445 425,68
Pagamentos ao pessoal	12	-2 367 722,65	-2 104 753,78
Caixa geral das operações		-1 554 324,34	-1 346 500,76
Pagamento/recebimento do IR		0,00	0,00
Outros recebimentos/pagamentos	10;11	1 741 404,37	1 582 148,79
Fluxos de caixa das atividades operacionais (1)		187 080,03	235 648,03
Fluxos de caixa das atividades de investimento			
Pagamentos respeitantes a:			
Ativos fixos tangíveis	4	-270 046,82	-409 089,70
Ativos intangíveis	5	0,00	0,00
Outros ativos		0,00	0,00
Recebimentos provenientes de:			
Ativos fixos tangíveis		0,00	53 046,64
Ativos intangíveis		0,00	0,00
Outros ativos		0,00	0,00
Subsídios ao investimento	11	258 354,71	52 500,00
Juros e rendimentos similares	15	3 120,88	2 647,43
Fluxos de caixa das atividades de investimentos (2)		-8 571,23	-300 895,63
Fluxos de caixa das atividades de financiamento			
Recebimentos provenientes de:			
Financiamentos obtidos		0,00	0,00
Cobertura de prejuízos		0,00	0,00
Doações		0,00	0,00
Outras operações de financiamento		0,00	0,00
Pagamentos respeitantes a:			
Financiamentos obtidos	7	-129 321,66	-204 644,86
Juros e gastos similares	14.7	-26 752,33	-42 873,69
Outras operações de financiamento		0,00	0,00
Fluxos de caixa das atividades de financiamento (3)		-156 073,99	-247 518,55
Variação de caixa e seus equivalentes (1+2+3)		22 434,81	-312 766,15
Efeito das diferenças de câmbio		0,00	0,00
Caixa e seus equivalentes no início do período		366 478,31	679 244,46
Caixa e seus equivalentes no fim do período	14.1	388 913,12	366 478,31

C.C:





4.1. Análise da Demonstração de Fluxos de Caixa

A Demonstração de Fluxos de Caixa evidencia a evolução da posição financeira da Misericórdia, analisando os fluxos gerados pelas atividades operacionais, de investimento e de financiamento.

Relativamente às atividades operacionais, verifica-se que a Misericórdia de Boticas apresenta um fluxo de caixa positivo de 187.080,03€ em 2025, embora inferior ao registado em 2024 (235.648,03€). Este indicador revela que a atividade corrente continua a gerar caixa, no entanto observa-se uma ligeira deterioração, possivelmente associada ao aumento dos pagamentos, nomeadamente com pessoal e fornecedores.

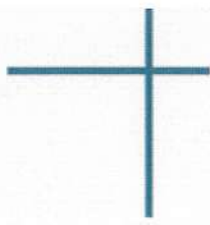
No que respeita às atividades de investimento, o fluxo de caixa é negativo em 8.571,23€, representando uma melhoria significativa face a 2024 (-300.895,63€). Esta evolução resulta essencialmente da redução do investimento líquido, sendo os pagamentos por ativos quase compensados por subsídios ao investimento.

Quanto às atividades de financiamento, verifica-se um fluxo negativo de 156.073,99€, inferior ao valor de 2024 (-247.518,55€). Este comportamento indica que a Misericórdia continua a amortizar financiamentos e a suportar encargos financeiros, embora com menor impacto do que no período anterior.

Globalmente, a variação de caixa e seus equivalentes é positiva em 22.434,81€, contrastando com a variação negativa registada em 2024. Como consequência, o saldo de caixa no final do período aumentou para 388.913,12€, evidenciando uma melhoria da liquidez.

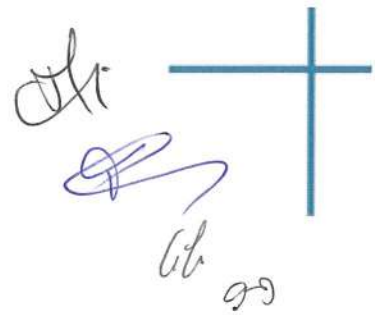
Em conclusão, a Misericórdia apresenta uma recuperação da sua posição de tesouraria em 2025, sustentada sobretudo pela redução dos investimentos e menor pressão do financiamento.





II. Anexo





1

Nota introdutória

A Santa Casa da Misericórdia de Boticas é uma instituição particular de solidariedade social, sem fins lucrativos, fundada em 01/04/2004 e reconhecida como pessoa coletiva de utilidade pública. O seu Compromisso foi publicado no Diário da República n.º 210, Série III, de 6 de Setembro de 2004 e alterado em 2015, em conformidade com o Estatuto das Instituições Particulares de Solidariedade Social, aprovado pelo Decreto-Lei 172-A/2014, de 14 de novembro, e pela Lei n.º 76/2015, de 28 de julho.

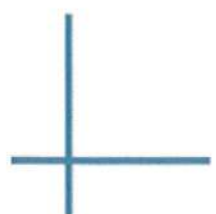
Tem sede na Rua Dr. Sá Carneiro - 5460-327 Boticas, possui o Número de Identificação Pessoa Coletiva (NIPC) 506790878 e a sua principal atividade está orientada no apoio a idosos, à deficiência e à infância, com a concomitante prestação de cuidados de saúde, bem como o combate à pobreza.

2

Referencial contabilístico de preparação das demonstrações financeiras

De acordo com o n.º 2 do artigo 22º do Decreto-lei n.º 36-A/2011 de 9 de março que aprovou a Norma Contabilística e de Relato Financeiro para as Entidades do Setor Não Lucrativo (NCRF-ESNL), a normalização contabilística para estas entidades aplica-se a partir do exercício que se iniciou em 1 de janeiro de 2012. O Anexo II do referido Decreto refere que o Sistema de Normalização Contabilística para as Entidades do Setor não Lucrativo é composto por: Bases para a Apresentação das Demonstrações Financeiras (BADF); Modelos de Demonstrações Financeiras (MDF) – Portaria n.º 105/2011 de 14 de março; Código de Contas (CC) – Portaria n.º 106/2011 de 14 de março e por Normas Interpretativas (NI).

O Decreto-lei n.º 36-A/2011 de 9 de março foi alterado pelos: Decreto-Lei 98/2015, de 2 de junho; Portaria n.º 218/2015, de 23 de julho; Aviso 8259/2015, de 29 de julho.



3

Políticas contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros

As principais políticas contabilísticas aplicadas pela Instituição na elaboração das Demonstrações Financeiras foram as que abaixo se descrevem. Estas políticas foram aplicadas a todos os exercícios apresentados.

3.1. Bases de apresentação

As principais políticas contabilísticas aplicadas pela Misericórdia de Boticas na elaboração das Demonstrações Financeiras foram preparadas de acordo com as Bases de Apresentação das Demonstrações Financeiras (BADF):

Continuidade - Com base na informação disponível e as expectativas futuras, a Misericórdia de Boticas continuará a operar no futuro previsível, assumindo não haver a intenção nem a necessidade de liquidar ou de reduzir consideravelmente o nível das suas operações. Para as Entidades do Setor Não Lucrativo este pressuposto não corresponde a um conceito económico ou financeiro, mas sim à manutenção da atividade de prestação de serviços ou à capacidade de cumprir os seus fins.

Regime do Acréscimo (periodização económica) - Os efeitos das transações e de outros acontecimentos foram reconhecidos quando eles ocorreram (satisfeitas as definições e os critérios de reconhecimento de acordo com a estrutura conceptual, independentemente do momento do pagamento ou do recebimento) sendo registados contabilisticamente e relatados nas demonstrações financeiras dos períodos com os quais se relacionem. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e os correspondentes rendimentos e gastos foram registados nas respetivas contas das rubricas "Devedores e Credores por Acréscimos" e "Diferimentos".

Consistência de Apresentação - As Demonstrações Financeiras estão consistentes de um período para o outro, quer a nível da apresentação quer dos movimentos



contabilísticos que lhes dão origem, exceto quando ocorrem alterações significativas da sua natureza que, nesse caso, estão devidamente identificadas e justificadas neste anexo. Desta forma é proporcionada informação fiável e mais relevante para os utentes.

Materialidade e Agregação - A relevância da informação é afetada pela sua natureza e materialidade. A materialidade depende da quantificação da omissão ou erro. A informação é material se a sua omissão ou inexatidão influenciarem as decisões económicas tomadas por parte dos utentes com base nas demonstrações financeiras. Itens que não são materialmente relevantes para justificar a sua apresentação separada nas demonstrações financeiras podem ser materialmente relevantes para que sejam discriminados nas notas deste anexo.

Compensação – Devido à importância dos ativos e passivos serem relatados separadamente, assim como os gastos e rendimentos, estes não são compensados.

Comparabilidade - A informação comparativa é divulgada, nas Demonstrações Financeiras, com respeito ao período anterior. Respeitando ao Princípio da Continuidade da Instituição, as políticas contabilísticas são levados a efeito de maneira consistente em toda a Instituição e ao longo do tempo e de maneira consistente. Procedendo-se a alterações das políticas contabilísticas, as quantias comparativas afetadas pela reclassificação devem ser divulgadas, tendo em conta: a) a natureza da reclassificação; b) a quantia de cada item ou classe de itens que tenha sido reclassificada; e c) razão para a reclassificação.

3.2. Políticas de reconhecimento e mensuração

3.2.1. Ativos Fixos Tangíveis

Os "Ativos Fixos Tangíveis" encontram-se registados ao custo de aquisição ou de produção, deduzido das depreciações e das perdas por imparidade acumuladas. O custo de aquisição ou produção inicialmente registado, inclui o custo de compra, quaisquer custos diretamente atribuíveis às atividades necessárias para



colocar os ativos na localização e condição necessárias para operarem da forma pretendida.

Os ativos que foram atribuídos à Misericórdia a título gratuito encontram-se mensurados ao seu justo valor, ao valor pelo qual estão segurados ou ao valor pelo qual figuravam na contabilidade.

As despesas subsequentes que a Misericórdia tenha com manutenção e reparação dos ativos foram registadas como gastos no período em que são incorridas, desde que não sejam suscetíveis de gerar benefícios económicos futuros adicionais.

As depreciações são calculadas assim que os bens estão em condições de ser utilizados, pelo método das quotas constantes em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens, utilizando-se para o efeito na generalidade as taxas definidas no Decreto Regulamentar 25/2009, de 14 de setembro, que se consideram representarem satisfatoriamente a vida útil estimada dos bens. No que se refere ao Equipamento de transporte e Edifícios e outras construções, verificou-se que a respetiva utilização em condições normais é superior ao período de vida útil que tem vindo a ser considerado. Em consequência, procedeu-se à revisão das taxas de depreciação, ajustando-as em função da nova vida útil esperada, considerando as taxas de depreciação que resultam do quadro abaixo:

ATIVO FIXO TANGÍVEL	VIDA ÚTIL ESTIMADA (ANOS)
Terrenos e recursos naturais	-
Edifícios e outras construções	100
Equipamento básico	3 a 8
Equipamento de transporte	10
Equipamento administrativo	3 a 8
Outros ativos fixos tangíveis	4



As mais ou menos valias provenientes da venda de ativos fixos tangíveis são determinadas pela diferença entre o valor de realização e a quantia escriturada na data da alienação, que se encontram espelhadas na Demonstração dos Resultados nas rubricas "Outros Rendimentos Operacionais" ou "Outros Gastos Operacionais".

3.2.2. Ativos Intangíveis

Os "Ativos Intangíveis" encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido das amortizações e de eventuais perdas por imparidade acumuladas. São reconhecidos apenas quando for provável que deles advenham benefícios económicos futuros para a Instituição e que os mesmos possam ser mensurados com fiabilidade.

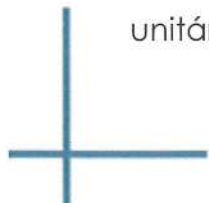
As amortizações são calculadas assim que os ativos estejam em condições de ser utilizado, pelo método da das quotas constantes em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens. As taxas de amortização utilizadas correspondem aos períodos de vida útil estimada que se encontra na tabela abaixo:

ATIVO FIXO INTANGÍVEL	VIDA ÚTIL ESTIMADA (ANOS)
Programas de Computador	3

O valor residual de um Ativo Intangível com vida útil finita deve ser assumido como sendo zero, exceto se: houver compromisso de um terceiro de comprar o ativo no final da sua vida útil, ou se houver um mercado ativo para esse ativo e seja provável que tal mercado exista no final da sua vida útil.

3.2.3. Investimentos Financeiros

A Misericórdia de Boticas detém 1.000 ações no CEMG (Caixa Económica Montepio Geral, caixa económica bancária, SA), no valor de 0,50€/cada, o que totaliza 500,00€. De reportar que no ano anterior as mesmas ações tinham um valor unitário de 1,00€, com um valor total de 1.000,00€



Participou em 2022, na constituição da sociedade anónima, Nefrocordia – Serviços de Saúde, SA com a subscrição de 5.000 ações no valor de 1,00€/cada, totalizando 5.000,00€. Esta sociedade anónima, com sede no Centro João Paulo II tem como maior acionista a UMP e pretende prestar cuidados renais, serviços de diálise e tratamento médico de hemodiálise, entre outros.

3.2.4. Inventários

Os "Inventários" que a Instituição detém destinam-se ao desenvolvimento das atividades presentes e futuras ou os serviços que lhes estão associados. Encontram-se valorizados ao custo de aquisição, utilizando-se o custo médio ponderado como método de custeio e o sistema de inventário permanente na movimentação de stocks.

3.2.5. Instrumentos Financeiros

Os ativos e passivos financeiros são reconhecidos apenas e só quando se tornam uma parte das disposições contratuais do instrumento.

Clientes e Outras contas a Receber - Os "Clientes" e as "Outras contas a Receber" não têm implícitos juros e são registadas pelo seu custo. Estas rubricas são apresentadas no Balanço como Ativo Corrente, no Ativo Corrente, no entanto nas situações em que a sua maturidade é superior a doze meses da data do Balanço, são exibidas como Ativos não Correntes.

Caixa e Depósitos Bancários - A rubrica "Caixa e Depósitos Bancários" inclui caixa e depósitos bancários de curto prazo que possam ser imediatamente mobilizáveis.

Fornecedores e Outras contas a Pagar – As dívidas registadas em "Fornecedores" e "Outras contas a Pagar", são contabilizadas pelo seu valor nominal.

3.2.6. Fundos Patrimoniais

A rubrica "Fundos" constitui o interesse residual nos ativos após dedução dos passivos.



Os "Fundos Patrimoniais" são compostos por: a) Fundos atribuídos pelos fundadores da Instituição ou terceiros; b) Fundos acumulados e outros e outros excedentes; c) Subsídios, doações e legados que outro instituidor ou a norma legal aplicável a cada entidade estabeleçam que sejam de incorporar no mesmo.

3.2.7. Provisões

Periodicamente, a Instituição analisa eventuais obrigações que advenham de pretéritos acontecimentos e dos quais devam ser objetos de reconhecimento ou de divulgação. Assim, a Misericórdia reconhece uma Provisão quando tem uma obrigação presente resultante de um evento passado e do qual seja provável que, para a liquidação dessa obrigação, ocorra um exfluxo que seja razoavelmente estimado.

O valor presente da melhor estimativa na data do relato dos recursos necessários para liquidar a obrigação é o montante que a Misericórdia reconhece como provisão tendo em conta os riscos e incertezas intrínsecos à obrigação.

Por sua vez os Passivos Contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, no entanto são divulgados sempre que a possibilidade de existir exfluxo englobando benefícios económicos não seja remota. Tal como os Passivos Contingentes, os Ativos Contingentes também não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, ocorrendo a sua divulgação apenas quando for provável a existência de um influxo.

3.2.8. Financiamentos Obtidos

Os "Empréstimos Obtidos" encontram-se registados, no passivo, pelo valor nominal líquido dos custos com a concessão desses empréstimos. Os "Encargos Financeiros" foram reconhecidos como gastos do período, constando na Demonstração dos Resultados na rúbrica "Juros e Gastos Similares Suportados".

Os contratos de locações (leasing) são classificados como: Locações financeiras quando por intermédio deles são transferidos, de forma substancial, todos os riscos e vantagens inerentes à posse do ativo sob o qual o contrato é realizado; ou



Locações operacionais quando não ocorram as circunstâncias das locações financeiras.

Tratando-se de uma locação operacional as rendas são reconhecidas como gasto do período na rubrica de "Fornecimentos e Serviços Externos".

3.2.9. Estado e Outros Entes Públicos

A Santa Casa da Misericórdia de Boticas encontra-se abrangida pela alínea b) do n.º 1 do artigo 10.º do Código do IRC, que prevê isenção automática do imposto sobre o rendimento (IRC) para as Instituições Particulares de Solidariedade Social.

Está igualmente isenta de IVA, nos termos do artigo 9º do Código do IVA. O IVA suportado em empreitadas, aquisição de equipamentos e aquisição de géneros alimentares é restituído à entidade nos termos do Decreto-Lei 20/90 de 13 de janeiro, alterado pelo Decreto-Lei n.º 238/2006 de 20 de dezembro.

3.2.10. Rédito

Os proveitos decorrentes da Prestação de Serviços são reconhecidos pelo justo valor da retribuição a receber, a qual é determinada por acordo entre as partes. Os rendimentos são reconhecidos na data da prestação dos serviços.

Ressalvamos que relativamente à contabilização do Rédito, a CNC deu parecer sobre a correta contabilização das participações financeiras provenientes dos Acordos de Cooperação celebrados entre as entidades do setor não lucrativo e o estado, passando a partir de 2024 estas verbas a ser contabilizadas como Prestação de Serviços, a esclarecer no ponto 3.3..

3.2.11. Contabilização dos subsídios e outros apoios

Os subsídios do Estado apenas são reconhecidos aquando da certeza razoável de que a Entidade irá cumprir com as condições de atribuição do mesmo e de que os mesmos irão ser recebidos.



Os subsídios relacionados com ativos recebidos/a receber do ON.2; PARES; FEDER; SCML; NORTE 2020; PRR e BPI Fundação "la caixa" encontram-se reconhecidos na rúbrica de capital próprio – Subsídios ao investimento, sendo subsequentemente creditados na Demonstração dos Resultados numa base sistemática em função da depreciação do respetivo ativo fixo tangível, como rendimentos do período durante as vidas úteis dos ativos com os quais se relacionam.

Os subsídios à exploração destinam-se à cobertura de gastos incorridos e registados, com o desenvolvimento das atividades subsidiadas, sendo os mesmos reconhecidos em rendimentos do período em que se tornam recebíveis.

3.2.12. Benefícios dos Empregados

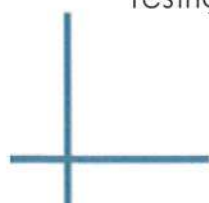
Os benefícios dos empregados classificam-se em Benefícios de curto-prazo e Benefícios de cessação. Os Benefícios de curto-prazo incluem ordenados, subsídio de férias e de Natal e quaisquer outras retribuições adicionais, contribuições para a Segurança Social de acordo com a incidência contributiva decorrente da legislação aplicável bem como as faltas autorizadas e remuneradas. Sendo pagos no período de 12 meses são reconhecidos como gastos do período em que os serviços são prestados. Os Benefícios de cessação resultam de benefícios pagos em consequência da decisão da Misericórdia cessar o emprego de um empregado antes da data normal da reforma ou da decisão de um empregado de aceitar a saída voluntária em troca desses benefícios.

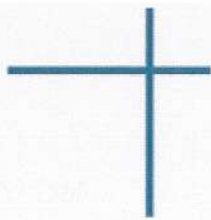
3.2.13. Juízos de Valor

Na preparação das Demonstrações Financeiras anexas foram efetuados juízos de valor e estimativas e utilizados diversos pressupostos que afetam as quantias relatadas de ativos e passivos, assim como as quantias relatadas de rendimentos e gastos do período.

3.2.14. Fluxos de Caixa

Não existem valores de caixa nem de depósitos bancários que apresentem restrições de uso na data do Balanço.





3.3. Alterações nas políticas contabilísticas e correção de erros

Não se verificaram neste exercício alterações nas políticas contabilísticas, no entanto conforme adiantado no ponto 3.2.10. e produzindo efeito já no ano anterior, a Comissão de Normalização Contabilista pronunciou-se sobre a correta contabilização das participações financeiras provenientes dos Acordos de Cooperação celebrados entre as entidades do setor não lucrativo e o estado, considerando a seguinte política de contabilização:

“a) Se o pagamento da participação mensal por parte do Estado para determinada resposta social estiver dependente da variação de frequências dos utentes, e for atribuída como apoio ao pagamento da mensalidade devida pelo utente (acordos típicos), está-se perante uma prestação de serviços (Conta 72)”;

“b) Se o pagamento da participação mensal por parte do Estado para determinada resposta social ocorrer independentemente da variação de frequências dos utentes, sendo atribuída tendo em vista suportar os custos de funcionamento (acordos atípicos), está-se perante um subsídio à exploração (Conta 75)”.



4

Ativos Fixos Tangíveis

Durante o período findo em 31 de dezembro de 2025 os movimentos registados em rúbricas do ativo fixo tangível e respetivas depreciações foram as seguintes:

	Saldos iniciais	Aquisições	Transf./Abates	Saldos finais
Edifícios e outras construções	9 456 424,46	67 521,81	0,00	9 523 946,27
Equipamento básico	1 042 697,59	19 674,07	0,00	1 062 371,66
Equipamento Aloj. Utentes	865 054,84	18 503,18	0,00	883 558,02
Equipamento Médico	76 129,04	0,00	0,00	76 129,04
Máquinas Motoras	38 951,77	0,00	0,00	38 951,77
Outro Equipamento Básico	62 561,94	1 170,89	0,00	63 732,83
Equipamento transporte	480 971,63	0,00	110 700,00	591 671,63
Equipamento administrativo	164 462,63	0,00	0,00	164 462,63
Equipamento Informático	107 978,84	0,00	0,00	107 978,84
Mobiliário	29 029,27	0,00	0,00	29 029,27
Maquinas	20 202,44	0,00	0,00	20 202,44
Outros	7 252,08	0,00	0,00	7 252,08
Outros AFT.	17 658,37	0,00	0,00	17 658,37
Ferramentas	11 419,54	0,00	0,00	11 419,54
Motores	6 238,83	0,00	0,00	6 238,83
Ativo tangível em curso	154 475,70	223 319,73	-110 700,00	267 095,43
Total	11 316 690,38	310 515,61	0,00	11 627 205,99
Depreciações Acumuladas				
Edifícios e outras construções	2 291 514,46	94 902,33	0,00	2 386 416,79
Equipamento básico	939 530,36	26 316,45	0,00	965 846,81
Equipamento transporte	309 681,52	34 402,80	0,00	344 084,32
Equipamento administrativo	158 930,26	2 225,58	0,00	161 155,84
Outros AFT	17 658,33	0,00	0,00	17 658,33
Total Depreciações	3 717 314,93	157 847,16	0,00	3 875 162,09
Total	7 599 375,45			7 752 043,90

No que respeita aos movimentos dos Ativos Fixos Tangíveis são de destacar os seguintes:

- Terrenos e recursos naturais: Encontram-se contabilizados a valor zero os 3 terrenos onde se encontram o Lar Nossa Senhora da Livração, o Centro de Apoio a Deficientes e a Unidade de Cuidados Continuados, bem como 12 terrenos doados em 2014 à Misericórdia de Boticas, sites nas freguesias de Vilar e Viveiro.

- Edifícios e Outras Construções: Destacam-se os trabalhos complementares através de dois Autos relativos à Remodelação e Reabilitação do edifício do CADAT que totalizaram o valor de 30.274,70€. As restantes refletem, maioritariamente, reparações elétricas, de saneamento e de aquecimento.
- Equipamento Básico: destacam-se as aquisições de equipamentos para satisfazer as necessidades apresentadas por cada resposta como televisores, frigoríficos, camas, mesas, cadeiras e armários.
- Equipamento de Transporte: Integram agora as 6 viaturas adquiridas através da candidatura Mobilidade Verde, já a circular durante o presente ano, sendo que as duas últimas se encontravam em Ativos Fixos em Curso.
- Ativos fixos Tangíveis em Curso: Registaram-se os serviços de engenharia e elaboração de projetos para a obras da Ampliação da Unidade de Cuidados Continuados. Registaram-se ainda os primeiros quatro Autos referentes a construção das Habitações Comunitárias e Colaborativas – 178.700,86€, e ao primeiro Auto relativo à Ampliação da Creche da Nossa Senhora da Livração – 26.900,87€. Foram mobilizadas para Equipamento de Transporte (110.700,00€) as duas últimas viaturas adquiridas através da candidatura à Mobilidade Verde uma vez que já se encontraram a operar em 2025.

4.1. Garantias prestadas

Na data do balanço existiam dívidas a terceiros na rúbrica Empréstimos Bancários Obtidos, resultantes dos empréstimos contratualizados com a Caixa Geral de Depósitos e com o Banco Português de Investimento.

5

Ativos Intangíveis

Não foram registados movimentos nas rúbricas do ativo intangível. Os ativos intangíveis encontram-se totalmente amortizados.

6

Locações

As locações da Misericórdia referentes a viaturas, são operacionais e as rendas reconhecidas como gasto do período na rubrica de "Fornecimentos e Serviços Externos" no montante de 5.473,04€.

7

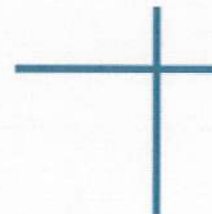
Custos dos Empréstimos Obtidos

Foi contratualizado um empréstimo com a CGD, em finais de 2022, no montante de 400.000,00€ com o objetivo de liquidar o empréstimo anterior, contratualizado em 2013, uma vez que apresentava encargos menores, um prazo de reembolso do capital mais alargado e que não exigia garantia bancária. A liquidação das prestações mensais iniciaram em 2023.

Em 27 de dezembro de 2019 havia sido celebrado entre a Misericórdia e o Banco BPI, um contrato de abertura de crédito ao abrigo da linha BPI/IFRRU 2020 – Reabilitação Urbana, até ao montante global de 1.080.233,20€, para apoiar o financiamento da empreitada do Edifício Nossa Senhora da Livração, mas só se iniciou a utilização do capital em 2022 e concluiu em dezembro de 2023, sendo que o primeiro reembolso de capital iniciou em 2024. Em julho de 2024 procedeu-se a um reembolso de capital antecipado no valor de 72.893,20€.

Os encargos financeiros dos empréstimos na CGD e BPI foram reconhecidos como gastos à medida que foram incorridos, em 2025 totalizaram 26.752,23€.

	31-12-2025		31-12-2024	
	Corrente	Não Corrente	Corrente	Não Corrente
Empréstimo CGD	66 666,66	133 333,75	66 666,66	200 000,41
Empréstimo BPI	62 655,00	816 945,00	62 655,00	879 600,00
Total	129 321,66	950 278,75	129 321,66	1 079 600,41
Total	1 079 600,41		1 208 922,07	



8

Inventários

Em 31 de dezembro de 2025, o Inventário era o seguinte:

	31-12-2025	31-12-2024
Géneros Alimentares	3 098,62	4 680,38
Fraldas	3 249,24	3 413,29
Limpeza, Higiene e Conforto	10 815,36	12 434,86
Material de Enfermagem	8 300,27	10 239,50
Medicamentos	5 479,74	17 873,38
Total	30 943,23	48 641,41

9

Rendimento e Ganhos

A repartição dos valores resultantes da Prestação de Serviços em 31 de dezembro de 2025 é a seguinte:

	31-12-2025	31-12-2024
Quotas dos utilizadores	2 354 350,66	2 124 281,76
Infância	23 152,68	24 568,43
Deficiência	156 553,73	149 451,02
Idosos	1 318 123,83	1 239 599,70
Cuidados Continuados	856 520,42	710 662,61
Quotas de Irmãos	1 530,00	2 703,00
Serviços Secundários	54 463,50	149 949,99
Prestações Segurança Social	2 528 449,36	2 260 857,95
Total	4 938 793,52	4 537 792,70

De referenciar que com a alteração da política contabilística, os Acordos de Cooperação são agora contabilizados como Prestação de Serviços desde 2024.





10

Subsídios e outros apoios das entidades públicas

10.1. Subsídios ao investimento

Os subsídios ao investimento não reembolsáveis relacionados com ativos estão revelados nos Fundos Patrimoniais, conforme estipulado no capítulo 14 da NCRF-ESNL e são reconhecidos ao seu justo valor, quando existe uma garantia suficiente de que o subsídio venha a ser recebido e de que a Misericórdia cumpra todas as condições para o receber. Decompõem-se da seguinte forma:

	31-12-2025	31-12-2024
ON.2 – Unidade de Cuidados Continuados	1 012 650,00	1 025 550,00
PARES – Residência Autónoma de Boticas	61 999,25	62 914,78
SCML - Fundo Rainha Dona Leonor (Pe. Arnaldo)	217 123,04	219 776,28
Câmara Municipal de Boticas (Pe. Arnaldo)	163 666,67	165 666,67
Norte2020 – Remodelação e Reabilitação Edifício CADAT	314 717,48	318 010,73
Mobilidade Verde C03-i01-0038	122 500,00	137 500,00
Mobilidade Verde C03-i01-08-00017	75 000,00	75 000,00
Fundação "la caixa"	9 791,67	-
PRR Plano de Recuperação e Resiliência		
Habitação Colaborativa 10-000015	563 530,00	563 530,00
Alargamento Creche-09-00089	164 500,00	164 500,00
Alargamento UCC-i02-5620	319 000,00	319 000,00
Total	3 024 478,11	3 051 448,46

10.2. Subsídios à exploração

Os subsídios à exploração desagregam-se pelas seguintes entidades:

	31-12-2025	31-12-2024
Segurança Social	0,00	1 527,78
Segurança Social – Outros	0,00	0,00
Segurança Social - Subsídio de Funeral	0,00	1 527,78
IEFP – Medidas Apoio ao Emprego	0,00	0,00
IGEFE - Programa Pré-Escolar	8 722,44	9 540,96
Câmara Municipal de Boticas	120 000,00	120 000,00
Total	128 722,44	131 068,74

Não tendo havido à data abertura à candidatura à compensação financeira do diferencial remuneratório 2024/25 – Programa de Expansão e Desenvolvimento da Educação Pré-escolar programa em que o Estado se compromete a apoiar financeiramente as instituições em que a remuneração mensal média dos educadores de infância seja superior a um determinado valor conforme estipulado no Despacho nº 12591/2021, de 24 de dezembro, considerou-se o mesmo valor recebido no presente ano, relativo ao ano anterior.

Não foi efetuada nenhuma candidatura a medidas do IEFP no presente ano, não existindo assim qualquer valor.

11

Instrumentos financeiros

11.1. Contas a pagar

Em 31 de dezembro de 2025 e de 2024 a decomposição é a seguinte:

	31-12-2025	31-12-2024
Fornecedores	281 434,74	338 311,23
Estado e outros entes públicos	72 904,44	66 950,77
Imposto s/ Rend. Singulares	7 321,00	6 997,00
Taxa Social Única	21 767,13	19 955,31
Contribuições Seg. Social	43 816,31	39 998,46
Fundo Garantia Trabalho	0,00	0,00
Fornecedores de investimentos	122 453,29	81 984,50
Credores por Acréscimo de Gastos	452 000,83	436 198,07
Subsídio de Férias	443 388,62	425 302,11
Outras Despesas Diferidas	8 612,21	10 895,96
Adiantamento de Clientes	70 058,84	65 279,34
Pessoal	28,99	19,24
Outros Devedores e Credores	20 657,19	0,00
Total	1 019 538,32	988 743,15

11.2. Contas a receber

Em 31 de dezembro de 2025 e de 2024 a decomposição é a seguinte:

	31-12-2025	31-12-2024
Cientes e Utentes	111 299,79	124 896,93
Utentes	47 168,40	59 233,64
Entidades (ARS, ACSS e Segurança Social) - UCC	64 131,39	65 663,29
Adiantamentos ao Pessoal	1 512,00	348,32
Estado e Outros Entes Públicos	0,00	0,00
Fundad./benemérit./patroc./doad./associados/memb.	1 617,00	800,00
Devedores por Acréscimo de Rendimentos	186 289,04	140 072,56
Outros Devedores e Credores	902 030,33	1 212 593,23
IEFP – Medidas Apoio Emprego	5 909,33	12 024,23
PRR Habitações Colaborativas	394 471,00	563 530,00
PRR Alargamento da Creche	115 150,00	164 500,00
PRR – Mobilidade Verde 00038	45 000,00	45 000,00
PRR – Mobilidade Verde 000017	22 500,00	22 500,00
PRR Alargamento da UCC	319 000,00	319 000,00
Norte2020 – Remodelação e Reabilitação Edif. CADAT	0,00	29 945,71
Outros	0,00	56 093,29
Total	1 202 748,16	1 478 711,04

12

Benefícios dos empregados

Durante o exercício de 2025, a Misericórdia de Boticas aumentou o seu quadro de pessoal, de 200 colaboradores para 206.

Os gastos com o pessoal em 2025 e em 2024 decompõem-se da seguinte forma:



	31-12-2025	31-12-2024
Remunerações Certas	2 221 402,64	1 974 157,95
Remunerações adicionais	542 063,82	511 712,60
Bolsas Subsidiados IEFP	0,00	0,00
Encargos sobre remunerações	603 639,43	542 385,42
Seguro de acidentes no trabalho	24 415,29	21 475,71
Outros	26 260,15	6 986,64
Total	3 417 781,33	3 056 718,32

As remunerações adicionais englobam o subsídio de férias, o subsídio de alimentação, o subsídio de turno, o abono para falhas e as compensações por cessação de contrato de trabalho. Em outros estão os gastos relacionados com fardamento e Higiene segurança e saúde no trabalho

Os elementos dos Órgãos Sociais não auferem qualquer remuneração e decompõem-se da seguinte forma:

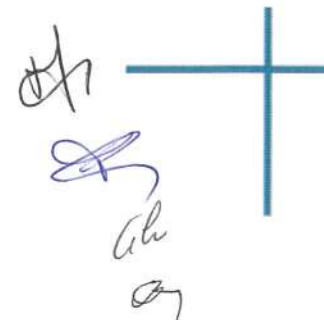
Mesa da Assembleia Geral	3 membros efetivos e 2 suplentes
Mesa Administrativa	5 membros efetivos e 3 suplentes
Conselho Fiscal	3 membros efetivos e 2 suplentes

13

Divulgações exigidas por outros diplomas legais

A Entidade não apresenta dívidas ao Estado em situação de mora, nos termos do Decreto-Lei 534/80, de 7 de Novembro.

Dando cumprimento ao estabelecido no Decreto-Lei 411/91, de 17 de Outubro, informa-se que a situação da Entidade perante a Segurança Social se encontra regularizada, dentro dos prazos legalmente estipulados.



14

Outras informações

De forma a uma melhor compreensão das restantes demonstrações financeiras, são divulgadas as seguintes informações.

14.1. Fluxos de caixa

As quantias apresentadas à data de Balanço encontram-se totalmente disponíveis para uso, decompondo-se desta forma:

	31-12-2025	31-12-2024
Caixa	1 546,52	2 072,47
Depósitos à Ordem	230 516,60	161 905,84
Outros Depósitos bancários	156 850,00	202 500,00
Outros Instrumentos Financeiros	0,00	0,00
Total	388 913,12	366 478,31

Foi constituído um depósito obrigatório, que ficou à guarda da Instituição no valor de 19.345,39€ cujo beneficiário é a firma Construções 13 de Agosto, Lda., relativo a cauções da empreitada Remodelação e Reabilitação do Edifício do CADAT e que não está incluído nas contas da Misericórdia. A 31 de Dezembro de 2025 o saldo do depósito é 7.978,77€

Foi este ano constituído um novo depósito obrigatório nos mesmos moldes, cujo beneficiário também é a firma Construções 13 de Agosto, Lda., relativo a cauções da obra de construção das habitações Colaborativas e que também não está incluído nas contas da Misericórdia no valor de 29.997,50€.

14.2. Investimentos Financeiros

Nos períodos de 2025 e 2024, a Entidade detinha os seguintes "Investimentos Financeiros":



	31-12-2025	31-12-2024
Participações de Capital	6 000,00	6 000,00
Outros Investimentos Financeiros	0,00	0,00
Perdas por Imparidade	-500,00	0,00
Total	5 500,00	6 000,00

A Misericórdia de Boticas detém 1.000 ações com valor de 0,50€ cada no CEMG (Caixa Económica Montepio Geral, caixa económica bancária, SA) e tem também participação sociedade anónima, Nefrocórdia – Serviços de Saúde, SA com a detenção de 5.000 ações com o valor de 1,00€ cada. As 1.000 ações do CMEG tiveram uma desvalorização de 0,50€ cada, pelo que foi registada uma perda por imparidade de 500,00€.

14.3. Fundadores/beneméritos/patrocinadores/doadores./associados/membros

A 31 de dezembro de 2025 apresentava os seguintes saldos:

	31-12-2025	31-12-2024
Ativo		
Fundadores/ Patrocinadores/Associados/Membros		
Associados c/c	1 617,00	0,00
Total	1 617,00	0,00

A Instituição Santa Casa da Misericórdia de Boticas tem em 2025, 62 irmãos e a conta corrente relativa as quotas por receber representa 1617,00€.

14.4. Detalhes dos diferimentos

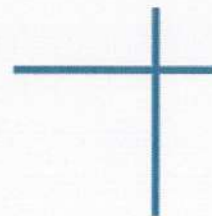
Os Diferimentos em 31 de Dezembro de 2025 e 2024 foram os seguintes:

	31-12-2025	31-12-2024
Gastos a reconhecer	7 315,20	6 847,91
Seguros	7 315,20	6 847,91
Rendimentos a reconhecer	0,00	0,00

14.5. Fornecimentos e serviços externos

A repartição dos FSE's nos períodos findos em 31 de Dezembro de 2025 e 2024, foi a seguinte:

	31-12-2025	31-12-2024
Subcontratos:	654 766,80	665 623,56
Exploração de Refeitórios	512 320,55	508 547,56
Aluguer de Roupa	77 888,17	93 370,27
Locação Operacional	5 473,04	5 435,52
Equipamento Administrativo	16 759,98	14 227,87
Outros	42 325,06	44 042,34
Serviços Especializados:	107 168,62	111 681,52
Trabalhos Especializados	9 658,09	17 636,22
Vigilância e Segurança	4 957,00	2 302,56
Honorários	38 419,46	35 629,38
Conservação e Reparação:	45 476,61	45 499,50
Edifícios	12 677,00	15 410,06
Viaturas	13 676,98	17 374,53
Equipamento Básico e Administrativo	19 122,63	12 714,91
Outros	8 657,46	10 613,86
Materiais:	38 567,06	44 325,91
Ferramentas e Utensílios	13 684,43	16 778,30
Material de Escritório	2 186,21	2 475,32
Artigos para Oferta	9 916,19	10 682,78
Outros (material didático e livros)	5 598,58	4 635,18
EPI's	7 181,65	9 754,33
Energia e fluidos:	269 513,01	267 262,54
Eletricidade	55 472,75	52 179,07
Combustíveis (gasóleo, gás)	199 609,72	201 364,45
Água	14 430,54	13 719,02
Deslocações, estadas e transportes	6 564,35	3 464,54
Serviços Diversos:	126 288,21	135 090,87
Comunicação	12 772,69	12 468,87
Seguros	14 962,06	13 699,70
Despesas de representação	10 499,25	17 863,66
Limpeza, Higiene e Conforto	86 455,13	88 553,81
Outros	1 599,08	2 504,83
Outras Despesas c/ Utentes:	244 128,16	225 658,11
Fraldas	65 106,32	69 022,96
Material Enfermagem	120 163,20	107 326,90
Medicação	44 739,12	30 940,61
Outros	14 119,52	18 367,64
Total	1 446 996,21	1 453 107,05



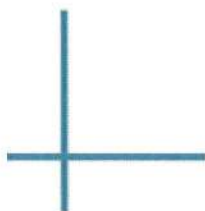
14.6. Fundos patrimoniais

Nos Fundos Patrimoniais ocorreram as seguintes variações:

Descrição	Saldo Inicial	Aumentos	Diminuições	Saldo Final
Fundos	1 620 231,04	0,00	0,00	1 620 231,04
Resultados Transitados	2 371 320,13	8 736,27	0,00	2 380 056,40
Outras variações – Subsídios Investimento	3 051 448,46	10 000,00	36 970,35	3 024 478,11
PARES	62 914,78	0,00	915,53	61 999,25
FEDER – ON2	1 025 550,00	0,00	12 900,00	1 012 650,00
SCML - Fundo R. D. Leonor	219 776,28	0,00	2 653,24	217 123,04
Câmara Municipal de Boticas	165 666,67	0,00	2 000,00	163 666,67
Norte 2020	318 010,73	0,00	3 293,25	314 717,48
PRR - Mobilidade Verde-00038	137 500,00	0,00	15 000,00	122 500,00
PRR - Mobilidade Verde-000017	75 000,00	0,00	0,00	75 000,00
PRR - Habitação Colaborativa	563 530,00	0,00	0,00	563 530,00
PRR - Alargamento Creche	164 500,00	0,00	0,00	164 500,00
PRR - Alargamento UCC	319 000,00	0,00	0,00	319 000,00
Fundação "la caixa" (ISD)	-	10 000,00	208,33	9 791,67
Doações	256 653,00	0,00	0,00	256 653,00
Total	7 299 652,63	18 736,27	36 970,35	7 281 418,55

A rubrica Resultados Transitados teve um aumento pela afetação do Resultado Líquido do período de 2024 de 8.736,27€. Os fundo Patrimoniais tiveram ainda um aumento de 10.000,00€ pela candidatura feita ao BPI Fundação "la caixa" para a aquisição de equipamento mobiliário, nomeadamente camas articuladas e os respetivos colchões visco elásticos para melhoramento das condições de acolhimento dos utentes da ERPI Nossa senhora da Livração.

Os subsídios ao investimento são imputados na mesma medida que são contabilizadas as depreciações. A imputação dos subsídios ao investimento e das doações apurou uma diminuição dos Fundos Patrimoniais de 36.970,35€. No ano de 2025 deu-se início à imputação do subsídio ao investimento das restantes duas carrinhas elétricas que já estiveram ao serviço da instituição adquiridas no âmbito



da candidatura efetuada ao PRR Mobilidade Verde e também do subsídio atribuído pela Fundação "la caixa".

14.7. Detalhe de outros rendimentos e ganhos em 2025 e 2024

A rubrica de Outros Rendimentos e Ganhos encontra-se dividida da seguinte forma:

	31-12-2025	31-12-2024
Descontos de Pronto Pagamento	2 009,12	2 259,13
Rendimentos e Ganhos em Investimentos Não Financeiros	4 826,19	0,00
Outros:	124 935,59	296 485,71
Correções relativas a períodos anteriores	186,83	129 579,87
Imputação de subsídios p/ investimento	36 970,35	63 837,10
Restituição de Imposto – IVA, IRS	76 261,12	93 468,65
Donativos e aluguer de espaço	3 570,94	2 175,79
Produção da oficina do CACI	7 946,35	7 424,30
Total	131 770,90	298 744,84

A imputação dos subsídios ao investimento é feita anualmente, na proporção das depreciações dos ativos fixos tangíveis financiados e totalizou 36.970,35€ em 2025. A diminuição verificada relativamente a 2024 deve-se ao facto de o Equipamento de Transporte passar a partir de 2025 a ser depreciado a uma taxa de 10% (antes 12,5%) e os Edifícios e Outras Construções a uma taxa de 1% (antes 2%) por se entender que estes Ativos têm uma vida útil estimada de 10 e 100 anos respetivamente.

Foi solicitada a restituição de 50% do IVA suportado na construção, manutenção e reparação de imóveis, aquisição de equipamentos e aquisição de géneros alimentares nos termos do Decreto-Lei 20/90 de 13 de janeiro, alterado pelo Decreto-Lei n.º 238/2006 de 20 de dezembro (36.510,60€). Foi também considerado o valor de 38.446,98€ que se refere ao valor total do iva suportado nos quatro primeiros Autos referentes a construção das Habitações Comunitárias e Colaborativas e ao primeiro Auto relativo à Ampliação da Creche da Nossa Senhora da Livração, que mediante o Decreto-Lei n.º 53-B/2021, de 23 de junho, na

sua redação atual, aprova, no seu artigo 16.º, um mecanismo excecional de transferência do montante equivalente ao IVA incorrido por parte dos beneficiários diretos, intermediários ou finais, podendo estas entidades, nas condições estabelecidas na regulamentação, receber de volta o montante equivalente ao IVA suportado em despesas de execução de projetos exclusivamente financiados pelo PRR.

A consignação de 1% do IRS e do IVA dos contribuintes que elegeram a Santa Casa da Misericórdia de Boticas como beneficiária desta medida, nos termos da Portaria n.º 22/2017, de 12 de janeiro foi de 1.303,54€, referente ao ano civil de 2024.

Os donativos em dinheiro foram 3.210,94€. A Instituição aluga um pequeno espaço para a Agência Portuguesa do Ambiente, onde tem colocada uma estação meteorológica, da qual resulta uma renda anual de 360,00€.

A produção da oficina do CACI traduz-se em 2025 no montante de 7.946,35€.

14.8. Detalhe de outros gastos e perdas em 2025 e 2024

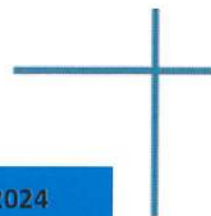
A rúbrica de Outros Gastos e Perdas encontra-se dividida da seguinte forma:

	31-12-2025	31-12-2024
Impostos	1 294,74	1 419,12
Outros:	9 709,76	3 991,92
Correções relativas a períodos anteriores	6 765,74	1 050,65
Quotizações	2 940,00	2 940,00
Outros	4,02	1,27
Total	11 004,50	5 411,04

As Correções Relativas a Períodos Anteriores refletem essencialmente valores de faturas que chegaram atrasadas referentes a anos anteriores e ainda uma Nota de Crédito para anular valores referentes a 2023 faturados à ACSS (5.080,80€).

14.9. Resultados financeiros

Os gastos e rendimentos relacionados com juros e similares foram os seguintes:



	31-12-2025	31-12-2024
Juros e gastos similares suportados:	-26 752,33	-42 873,69
Juros de financiamento suportados – CGD 2022	-8 442,67	-15 240,76
Juros de financiamento suportados – BPI 2019	-17 593,26	-26 749,85
Outros juros	-716,40	-883,08
Juros e rendimentos similares obtidos:	3 120,88	2 649,91
Juros de depósitos obtidos	3 120,88	2 649,91
Resultados Financeiros	-23 631,45	-40 223,78

15

Acontecimentos após a data do balanço

Não existem quaisquer acontecimentos após a data do balanço com impacto nas demonstrações financeiras naquela data, nem ao nível da sua apresentação nem de divulgações adicionais.

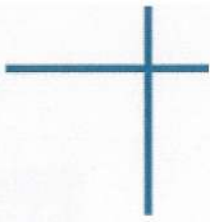
As Demonstrações Financeiras para o período findo em 31 de dezembro de 2025 foram objeto da Certificação Legal de Contas pela empresa RSM & Associados - SROC, Lda e foram aprovadas pela Mesa Administrativa de 01 de abril de 2026.

Em Assembleia Geral para aprovação das contas do exercício de 2025 será proposta a transferência do resultado líquido positivo de 6.906,33€ para Resultados Transitados.

Contabilista Certificado

Mesa Administrativa





III. Relatório de Gestão





1

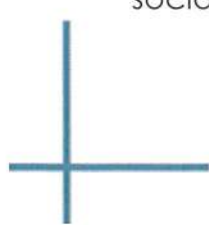
Introdução

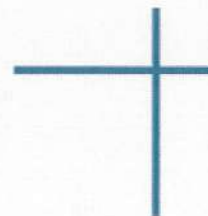
A SANTA CASA DA MISERICÓRDIA DE BOTICAS, pessoa coletiva n.º 506790878, é uma instituição particular de solidariedade social sem fins lucrativos, fundada em 01/04/2004, tem a sua sede em Rua Dr. Sá Carneiro, n.º 1 em Boticas e está registada na Direção Geral de Segurança Social, sob o n.º 1/04, fls 108 e 108 v, no Livro 2 das Irmandades da Misericórdia.

Tem como principal atividade o apoio à terceira idade, à deficiência e à infância, com a concomitante prestação de cuidados de saúde. A 31 de dezembro de 2025 prestava serviços a cerca de 407 utentes através das seguintes respostas sociais:

ÁREA SOCIAL	23 RESPOSTAS SOCIAIS	2025
Terceira Idade	- 4 Estruturas Residenciais para Pessoas Idosas	118
	- 5 Apoios Domiciliários integrados (9 SAD's individuais)	96
	- 1 Centro de Dia	7
Deficiência	- 1 Lar Residencial	30
	- 1 Centro de Atividades e Capacitação para a Inclusão	12 (+30)
	- 1 Residência de Autonomização e Inclusão	5
Infância	- 1 Creche	42
	- 1 Estabelecimento de Educação Pré-Escolar	31
	- 1 Centro de Atividades de Tempos Livres	6
Saúde	- 1 Unidade de Cuidados Continuados Integrados	24
	- 1 Internamento Quartos Privados	6

A atividade da Misericórdia de Boticas contabilizada neste Relatório tem início em 1 de janeiro de 2025 e termina a 31 de dezembro de 2025. A contabilidade está estruturada por centros de custos organizados e tem por referência as supracitadas respostas sociais. Os gastos com a logística dos serviços de lavandaria, cozinha e serviços administrativos e financeiros, estão repartidos pelas respetivas respostas sociais com base em chaves de imputação.





2

Irmandade

Os Corpos Sociais da Misericórdia de Boticas e de acordo com o seu Compromisso são, a Assembleia Geral, a Mesa Administrativa e o Conselho Fiscal. Dando cumprimento ao Compromisso e ao Regulamento Eleitoral da Irmandade da Santa Casa da Misericórdia de Boticas, foram realizadas eleições para o quadriénio 2025-2029, em 30 de outubro de 2024 e os Corpos Sociais eleitos, homologados pelo Bispo Diocesano de Vila Real, sua Excelência Reverendíssima D. António Augusto de Oliveira Azevedo, em 22 de novembro de 2024.

A Irmandade é constituída à data de 31 de dezembro de 2025, por 62 Irmãos.

Durante o ano foram realizadas duas Assembleias Gerais Ordinárias. A primeira, em 28 de abril, para apreciação, discussão e votação do Relatório e Contas de Gerência relativo ao exercício de 2024. A segunda, em 21 de novembro, para apreciação, discussão e votação do Plano de Ação e Orçamento para 2026.

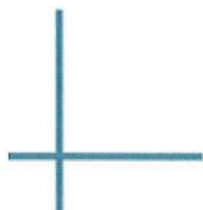
A União das Misericórdias Portuguesas é uma entidade que orienta, coordena e representa as Santas Casas de Misericórdia no país, ocupando o Provedor da Misericórdia de Boticas, o cargo de Vogal no Secretariado Nacional.

3

Gestão Financeira

3.1. Evolução dos Rendimentos

Em comparação com o Orçamento para o ano de 2025, o total dos Rendimentos teve um desvio de 3%, que se traduziu num aumento de 137.296,11€, conforme quadro abaixo:

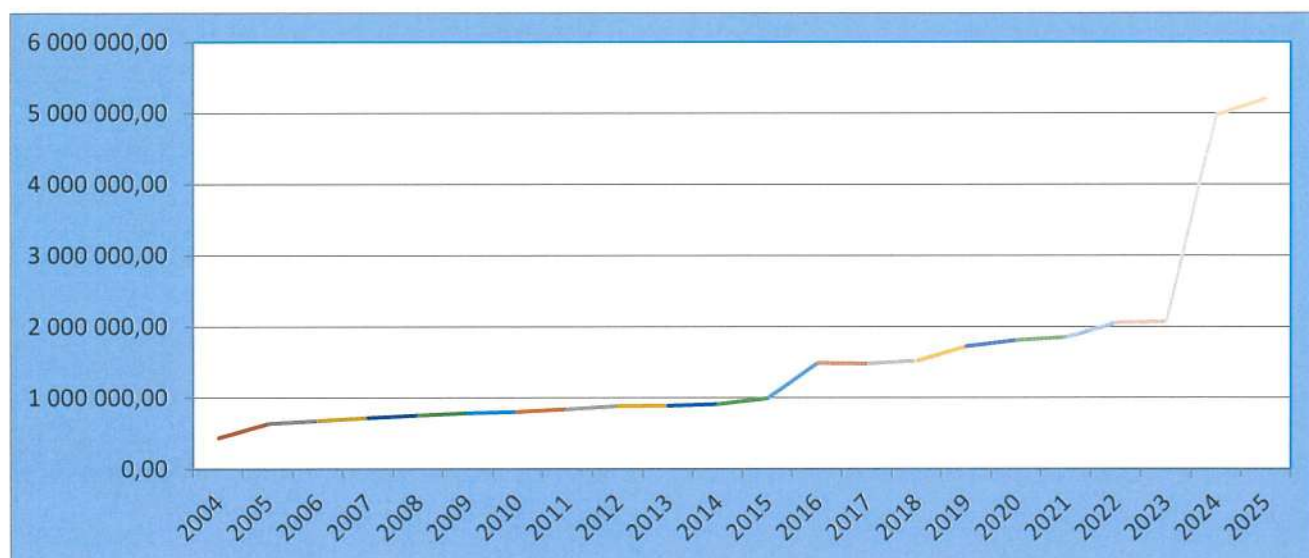


Handwritten signatures and initials in the top right corner.

Rendimentos	2025	Orçam. 2025	Desvio	2024	Evolução 2024-25
Serviços Prestados	4 938 793,52	4 733 680,06	4%	4 537 792,70	9%
Subsídios à Exploração	128 722,44	148 852,09	-14%	131 068,74	-2%
Outros Rendimentos	131 770,90	182 579,48	-28%	298 744,84	-56%
Juros Obtidos	3 120,88	0,00	100%	2 649,91	18%
Total	5 202 407,74	5 065 111,63	3%	4 970 256,19	5%

A estrutura dos Rendimentos em 2025 atingiu os 5.202.407,74€, mantendo a sua propensão de subida relativa a exercícios anteriores, designadamente em 232.151,55€, comparativamente ao ano 2024. Destacam-se, como principal rúbrica os Serviços Prestados que incluem os acordos de cooperação pagos pelo Instituto da Segurança Social e as mensalidades pagas pelos nossos utentes, que representam 95% do total dos Rendimentos. Em Subsídios à Exploração está contemplado o protocolo com a Câmara Municipal de Boticas com a atribuição de um subsídio anual de 120.000,00€.

Segue-se a evolução dos Serviços Prestados desde a criação da Instituição, no ano de 2004, com a inclusão dos acordos de cooperação como Prestação de Serviços a partir de 2024:



Como se verifica no quadro a baixo, regista-se um aumento nos Serviços Prestados na ordem dos 9% fruto da atualização dos valores das mensalidades a pagar pelos nossos utentes. As áreas da Terceira Idade e da Saúde são onde se verifica um aumento mais substancial, 6% e 21% respetivamente, na Saúde o aumento verificado, em contrapartida da diminuição verificada nos Serviços Secundários de -64%, deve-se ao facto de a faturação feita à ACSS que antes era discriminada em separado, internamento, medicação, úlceras, etc., é agora feita globalmente através da faturação de um valor dia/utente mediante a Portaria n.º 162/2025/1 de 9 de abril. Em sentido contrário, verifica-se uma diminuição ao longo dos anos na área da Infância, devido à medida da gratuidade na resposta social da Creche, que visa dar apoio às famílias na consolidação da vida pessoal, familiar e profissional, apoiando as famílias na diminuição dos seus encargos familiares, nomeadamente no que respeita ao pagamento da comparticipação familiar. A Portaria n.º 198/2022, de 27 de julho, veio alargar esta medida a todas as crianças nascidas após 1 de setembro de 2021, sendo o valor da comparticipação pago pela Segurança Social, valor incluído nas Prestações da Segurança Social. Os acordos de cooperação agora em Prestações Segurança Social eram contabilizados em Subsídios à Exploração nos exercícios anteriores.

Serviços Prestados	2025	2024	Evolução 2024-25	2023	2022
Mensáldades Utentes	2 354 350,66	2 124 281,76	11%	1 928 440,62	1 909 934,15
Infância	23 152,68	24 568,43	-6%	35 945,11	45 338,89
Deficiência	156 553,73	149 451,02	5%	148 590,87	168 656,73
Terceira Idade	1 318 123,83	1 239 599,70	6%	1 113 643,51	1 067 017,42
Cuidados Continuados	856 520,42	710 662,61	21%	630 261,13	628 921,11
Outros	0,00	0,00	0%	0,00	0,00
Quotas de Irmãos	1 530,00	2 703,00	-43%	1 024,00	1 184,00
Serviços Secundários	54 463,50	149 949,99	-64%	142 828,10	141 001,62
Prestações Segurança Social	2 528 449,36	2 260 857,95	12%	-	-
Total	4 938 793,52	4 537 792,70	9%	2 072 292,72	2 052 119,77

3.2 Evolução dos Gastos

Em 2025, os Gastos aumentaram 5% em relação a 2024, no montante de 233.981,49€.

O desvio orçamental do total dos Gastos foi de 3%, que se traduziu em 131.673,01€, conforme quadro abaixo:

Gastos	2025	Orçam. 2025	Desvio	2024	Evolução 2024-25
CMVMC	134 619,88	135 004,71	0%	140 671,92	-4%
Fornecimentos/Serviços Ext.	1 446 996,21	1 358 853,97	6%	1 453 107,05	0%
Gastos com o Pessoal	3 417 781,33	3 226 123,78	6%	3 056 718,32	12%
Perdas por Imparidade	500,00	0,00	100%	0,00	100%
Outros Gastos	11 004,50	3 810,50	189%	5 411,04	103%
Depreciação/ Amortização	157 847,16	306 853,38	-49%	262 737,90	-40%
Juros Pagos	26 752,33	33 182,06	-19%	42 873,69	-38%
Total	5 195 501,41	5 063 828,40	3%	4 961 519,92	5%

O número médio de colaboradores ao serviço da Instituição, de 2024 para 2025, aumentou, de 200 para 206 e os Gastos com o Pessoal, tiveram um aumento correspondente a 361.063,01€, ou seja 12%, em comparação com período homólogo. O aumento do salário mínimo nacional e a atualização da tabela salarial a vigorar na Instituição contribuíram também para o aumento verificado.

A rubrica Gastos com o Pessoal representa 66% do total dos Gastos.

Os Fornecimentos e Serviços Externos representam em 2025 28% do total dos Gastos.

Como já havia sido mencionado, a redução verificada nas Depreciações e Amortizações deve-se às alterações das taxas de depreciação a praticar a partir do presente ano nos ativos fixos tangíveis, nomeadamente no Equipamento de transporte e nos Edifícios e Outras Construções, ver ponto 3.2.1. do anexo.

3.3. Evolução dos Resultados

Verifica-se em 2025 um Resultado Líquido positivo em 6.906,33€, face aos 1.283,23€ orçamentados, como verificamos a seguir:

	2025	Orçam. 2025	2024	2023	2022
Resultado antes depreciações	188 384,94	341 318,67	311 697,95	285 090,47	259 475,28
Resultado Operacional	30 537,78	34 465,29	48 960,05	57 047,14	32 872,02
Resultado Líquido	6 906,33	1 283,23	8 736,27	21 814,74	21 046,49

3.4. Desvios Orçamentais

Do período em análise, resultaram Rendimentos no montante de 5.202.407,74€ e Gastos no montante de 5.195.501,41€. Os desvios percentuais, relativamente à Conta de Exploração Previsional estão dentro do expectável pelo Instituto de Segurança Social, IP, que é de 15%.

	Valor Efetivo	Valor Orçamentado	Desvio %
Rendimentos	5 202 407,74	5 065 111,63	3%
Gastos	5 195 501,41	5 063 828,40	3%
Resultado Líquido	6 906,33	1 283,23	

3.5. Ativo/Fundos /Passivo

Em 2025, houve uma diminuição do Ativo, resultado da diminuição do Ativo Corrente, fundamentalmente na rubrica Outros Ativos Correntes onde foi registado os adiantamentos recebidos referentes as candidaturas ao PRR para o alargamento da Creche e para a construção das Habitações Colaborativas, que em conjunto totalizam 218.409,00€, foi recebido ainda o reembolso final no valor de 29.945,71€ da candidatura para a Remodelação e Reabilitação do Edifício do CADAT e ainda a restituição por parte do Instituto da Segurança Social de 78.402,93 que a nossa Instituição havia entregado em 2021 por acordos de cooperação recebidos indevidamente, que na verdade não havia qualquer irregularidade.

RELATÓRIO DE ATIVIDADES E CONTAS 2025



Estes valores recebidos contribuíram para a diminuição dos valores a receber e consequentemente para a diminuição do Ativo Corrente.

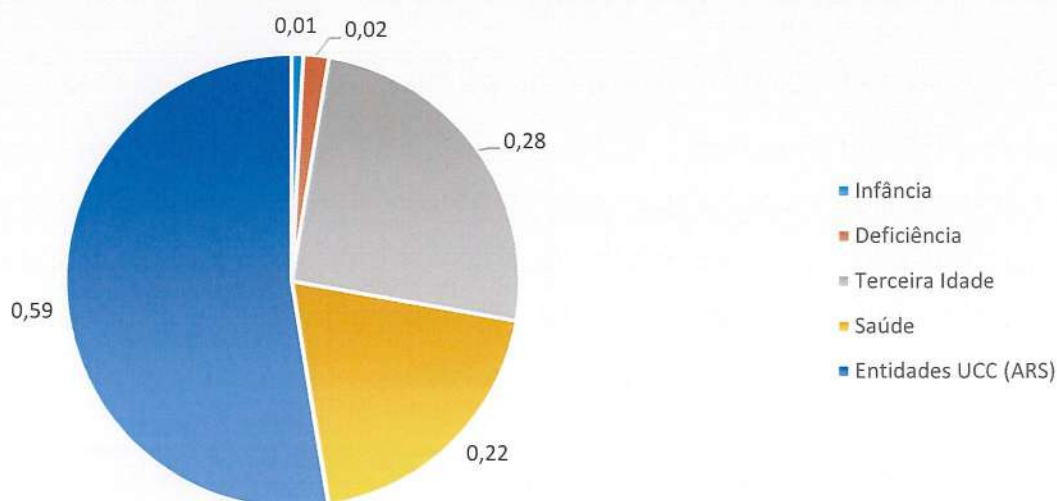
No Ativo Não Corrente, verificou-se face a 2024 um aumento de 152.168,45€, particularmente nos Ativos Fixos Tangíveis em curso, consequência fundamentalmente, dos primeiros autos referentes às obras da construção das Habitações Comunitárias e colaborativas e com a obra da ampliação da Creche da Nossa Senhora da Livração. As Depreciações e Amortizações do período atingiram o valor de 157.847,16€ em 2025.

Ativo	2025	2024	2023	2022
Ativo Não Corrente	7 757 543,90	7 605 375,45	7 745 307,08	7 213 354,05
Ativo Corrente	1 629 919,71	1 900 678,67	1 184 101,96	1 890 213,43
Total	9 387 463,61	9 506 054,12	8 929 409,04	9 103 567,48

Do Ativo Corrente faz parte o valor das dívidas de utentes e clientes, e que a 31 de Dezembro de 2025 se eleva a 111.299,79€, repartindo-se pelas seguintes áreas sociais:

	2025	2024	2023	2022
Utentes	47 168,40	59 233,64	73 652,69	62 286,05
Infância	1 700,11	1 048,43	1 569,33	689,83
Deficiência	2 379,42	2 231,13	2 494,53	2 883,78
Terceira Idade	20 251,43	31 439,10	32 965,77	30 236,37
Cuidados Continuados	22 837,44	24 514,98	36 623,06	28 476,07
Entidades UCC	64 131,39	65 663,29	55 690,70	39 561,08
Total	111 299,79	124 896,93	129 343,39	101 847,13



Dívidas Utentes e Entidades 2025:

O Fundo de capital atingiu o valor de 7.288.324,88€. Ao nível dos Fundos Patrimoniais houve o aumento dos Resultados Transitados com a integração do Resultado Líquido do período de 2024, em 8.736,27€ e a rubrica Outras Variações nos Fundos Patrimoniais teve a inclusão do subsídio atribuído pela candidatura feita ao BPI Fundação "la caixa" (10.000€) e a habitual redução da imputação dos Subsídios ao Investimento no montante de 36.970,35€.

O Passivo Não Corrente inclui os montantes referente aos empréstimos bancários contraídos com a Caixa Geral de Depósitos em finais de 2022, de 400.000,00€ para renegociação do empréstimo contraído em 2013, que tinha o objetivo de financiar a conclusão da construção da Unidade de Cuidados Continuados e crédito contratado ao abrigo da linha BPI/IFRRU 2020 – Reabilitação Urbana, até ao montante global de 1.080.233,20€, para financiamento da obra de Remodelação do edifício de Nossa Senhora da Livração. As liquidações mensais do capital veem sido contabilizadas no Passivo Corrente.

Passivo	2025	2024	2023	2022
Passivo Não Corrente	950 278,75	1 079 600,41	1 279 385,31	1 009 680,74
Passivo Corrente	1 148 859,98	1 118 064,81	1 422 752,94	1 908 921,20
Total	2 099 138,73	2 197 665,22	2 702 138,25	2 918 601,94



3.6. Resultados por Resposta Social

A análise será feita ao Resultado Antes das Depreciações, Gastos de Financiamento e Impostos, de forma a avaliar os resultados das atividades de exploração operacional da Instituição.

Infância

	2025			2024		
	Creche	Pré	CATL	Creche	Pré	CATL
Serviços Prestados	268 629	101 402	1 404	238 573	72 700	2 841
Subsídios à Exploração	19 127	10 403	0	12 476	17 395	0
CMVMC	296	280	0	151	114	3
Fornecimentos e Serviços Externos	64 863	40 999	99	67 168	40 704	508
Gastos Com o Pessoal	212 688	156 350	2 124	190 105	114 163	4 748
Outras Impar. (perdas/reversões)	40	22	0	0	0	0
Outros Rendimentos	6 537	3 549	0	17 103	9 285	0
Outros Gastos e Perdas	258	986	0	218	137	0
Resultado Antes Depreciações	16 149	-83 282	-819	10 509	-55 738	-2 420
	-67 952			-47 648		
Depreciação e Amortizações	4 259	3 464	0	7 308	5 988	0
Resultado Operacional	11 890	-86 746	-819	3 201	-61 726	-2 420
Juros Obtidos	247	134	0	210	114	0
Juros Suportados	4 258	2 314	0	6 473	3 518	0
Resultado Líquido	7 880	-88 925	-819	-3 062	-65 130	-2 420
	-81 865			-70 612		

A área da Infância teve um Resultado Antes das Depreciações negativo de 67.952,07€, um aumento de 20.303,91€, comparativamente ao ano de 2024. Este aumento está relacionado fundamentalmente, com os Gastos com o Pessoal na resposta do Pré-Escolar serem superiores às receitas (mensalidades e subsídios).

Deficiência

	2025			2024		
	CACI	LAR	RAI.	CACI	LAR	RAI.
Serviços Prestados	430 522	669 033	98 244	404 634	640 756	96 191
Subsídios à Exploração	8 712	13 404	2 232	8 892	13 448	2 240
CMVMC	668	2 580	0	768	2 199	53
Fornecimentos e Serviços Externos	55 072	155 939	16 679	65 318	151 172	15 533
Gastos Com o Pessoal	217 537	423 197	30 243	193 058	380 642	24 648
Outras Impar. (perdas/reversões)	26	39	7	0	0	0
Outros Rendimentos	5 511	8 505	1 997	13 625	21 012	4 660
Outros Gastos e Perdas	183	282	47	197	702	50
Resultado Antes Depreciações.	171 260	108 905	55 497	167 809	140 501	62 807
	335 661			371 118		
Depreciação e Amortizações	8 013	21 827	1 838	13 523	40 848	3 112
Resultado Operacional	163 246	87 078	53 659	154 287	99 653	59 696
Juros Obtidos	160	246	41	136	209	35
Juros Suportados	0	0	0	0	0	0
Resultado Líquido	163 406	87 323	53 700	154 422	99 861	59 730
	304 429			314 014		

Esta área social tem vindo ao longo dos anos a apresentar Resultados Líquidos positivos.

Terceira Idade – ERPI's e Centro de Dia

	2025					2024				
	Pe. Arnaldo	Sto. Aleixo	N.S. Livração	S. Bárbara	Centro Dia	Pe. Arnaldo	Sto. Aleixo	N.S. Livração	S. Bárbara	Centro Dia
Serviços Prestados	386 998	244 504	796 016	414 750	30 431	343 402	217 992	720 418	379 723	25 823
Subs. Explora.	17 448	0	34 896	0	1 716	17 506	0	35 012	0	1 718
CMVMC	1 701	2 140	3 932	3 388	0	1 752	2 383	5 090	3 068	26
Forn. Serv. Externos	145 315	79 560	263 414	161 998	3 942	146 497	81 035	273 313	162 305	3 786
Gastos Pessoal	375 760	195 357	579 448	354 333	6 967	325 398	192 253	501 109	329 303	6 406
Outras Impar. (perdas/reversões)	51	29	103	57	5	0	0	0	0	0
Outros Rendimentos	14 016	5 243	18 968	9 476	834	31 951	12 681	45 288	24 790	2 181
Outros Gastos	367	187	766	570	33	390	172	1 472	343	40
Result. Antes Depreciação	-104 734	-27 526	2 218	-96 121	22 033	-81 178	-45 170	19 735	-90 507	19 465
	-204 130					-177 656				
Depreciações	9 814	5 283	27 567	9 783	440	16 364	9 124	51 447	25 380	731
Resultados Operacionais	-114 548	-32 809	-25 349	-105 904	21 593	-97 542	-54 294	-31 712	-115 887	18 734
Juros Obtidos	320	179	640	358	31	272	152	543	304	27
Juros Suportados	0	0	11 022	0	0	0	0	16 759	0	0
Resultado Líquido	-114 228	-32 630	-35 731	-105 545	21 625	-97 270	-54 142	-47 928	-115 583	18 761
	-266 510					-296 162				

A área social das ERPI's e Centro de Dia mantêm um Resultado antes das depreciações negativo acentuado de 204.129,66€, sendo também os Gastos com o Pessoal o principal responsável deste resultado.

Terceira Idade - Serviço de Apoio Domiciliário

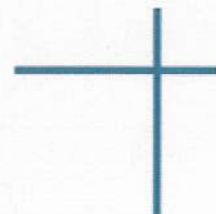
	2025					2024				
	Atilhó	Beça/Vilar/ Viveiro	Boticas/ Sapiãos/ Pinho	Covas	Dornelas	Atilhó	Beça/Vilar/ Viveiro	Boticas/ Sapiãos/ Pinho	Covas	Dornelas
Serv. Prestados	62 066	170 677	214 732	76 175	102 396	62 648	155 112	178 763	78 022	99 457
Subs. Explora.	2 676	5 148	6 480	2 904	3 576	2 724	4 936	6 692	3 066	3 436
CMVMC	18 443	48 847	0	19 816	28 509	19 847	47 658	0	22 882	27 844
Forn. Serv. Ext.	6 167	10 466	47 261	7 164	10 194	7 645	10 410	45 292	8 845	7 292
Gastos Pessoal	43 666	111 491	60 895	60 892	42 570	38 448	89 683	50 397	50 178	38 671
Outras Impar. (perdas/reversões)	8	15	19	9	11	0	0	0	0	0
Outros Rendim.	4 721	9 058	7 815	5 123	6 300	6 399	12 281	12 104	6 948	8 541
Outros Gastos	287	98,38	124	292	68	48	86,16	117	56	60
Result. Antes Depreciação	891	13 966	120 729	-3 971	30 920	5 784	24 492	101 753	6 075	37 568
	162 534					175 671				
Depreciações	3 557	6 818	8 597	3 854	4 743	3 016	5 780	7 288	3 267	4 021
Resultados Operacionais	-2 666	7 148	112 132	-7 825	26 176	2 768	18 711	94 465	2 807	33 547
Juros Obtidos	49	94	119	53	66	42	80	101	45	56
Juros Suportados	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Resultado Líquido	-2 617	7 242	112 250	-7 772	26 242	2 810	18 791	94 566	2 853	33 602
	135 345					152 621				

Os SAD's mantêm no seu conjunto o Resultado Antes das Depreciações positivo de 162.534,28€. Esta área social mantém uma tendência de resultados positivos ao longo dos últimos anos, consequência do aumento do número de utentes e atualização das mensalidades praticadas.

Cuidados Continuados (Inclui Quartos Particulares)

Com o término em 31 de dezembro de 2022 do Protocolo de Concessão de Apoio Financeiro do Município de Boticas, para apoiar a construção e funcionamento da Unidade de Cuidados Continuados, a área da Saúde continua assim com um Resultado Antes das Depreciações negativo em 2025 de 37.728,75€. Esta consequência é demonstrativa da preponderância que o apoio do Município têm no desenvolvimento das atividades e da rigidez das fontes de rendimento da Misericórdia.

	2025		2024	
	RNCCI	QP	RNCCI	QP
Serviços Prestados	768 255	102 559	734 592	86 146
Subsídios à Exploração	0	0	1 528	0
CMVMC	3 928	91	6 750	83
Fornecimentos e Serviços Externos	347 945	29 918	333 897	32 387
Gastos Com o Pessoal	453 618	90 645	442 009	85 500
Outras Impar. (perdas/reversões)	49	12	0	0
Outros Rendimentos	19 295	4 824	59 424	10 472
Outros Gastos e Perdas	6 355	102	1 209	114
Resultado Antes Depreciações	-24 344	-13 385	11 679	-21 466
	-37 729		-9 787	
Depreciação e Amortizações	30 390	7 600	52 311	13 230
Resultado Operacional	-54 734	-20 985	-40 632	-34 696
Juros Obtidos	307	77	261	65
Juros Suportados	7 327	1 832	12 899	3 225
Resultado Líquido	-61 754	-22 740	-53 270	-37 855
	-84 493		-91 125	



3.7. Conclusão

A Santa Casa da Misericórdia de Boticas apresenta para o ano 2025 um Resultado Líquido positivo de 6.906,33€, resultado este que demonstra os desmedidos esforços de gestão financeira efetuados para equilibrar a situação financeira da Instituição. Com este documento, a Mesa Administrativa pretende dar a conhecer aos Irmãos a atividade da Misericórdia, durante o ano 2025, com enfoque nas Demonstrações Financeiras presentes neste relatório.

3.8. Perspetivas/projetos

A Mesa Administrativa continuará a trabalhar no sentido da concretização dos seus projetos, de forma a crescer no valor social realizado e na melhoria das condições que oferece, tanto para os colaboradores, como para os seus utentes e para a comunidade local.

Acreditamos que a força da Misericórdia de Boticas reside na sua capacidade de estar atenta á dinâmica do Estado Social e conseguir ser útil às pessoas do nosso município.

3.9. Proposta de aplicação dos resultados

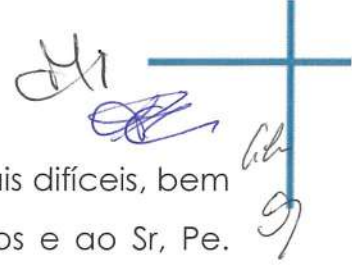
Em conformidade com as Demonstrações Financeiras apresentadas, a Mesa Administrativa propõe que, o Resultado Líquido apurado no exercício de 2025, no valor de 6.906,33€, seja aplicado na rúbrica de Resultados Transitados.

3.10. Agradecimentos

A Mesa Administrativa gostaria de agradecer a todos os que manifestaram confiança e preferência pelos serviços da Instituição, em particular aos nossos utentes e familiares, porque a eles se deve o crescimento e desenvolvimento da nossa Instituição.

Aos colaboradores, uma mensagem especial de apreço pelo seu profissionalismo e empenho no sentido de aliviar e minorar, quer a solidão quer as fragilidades dos nossos utentes.

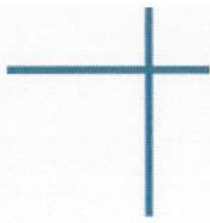




Aos fornecedores com os quais podemos contar nos momentos mais difíceis, bem como à Cruz Vermelha de Boticas, ao Agrupamento de Escuteiros e ao Sr, Pe. Domingos, pela sua dedicação à Instituição, convidando os nossos utentes, sempre que possível, a participar nas diversas atividades religiosas e espirituais.

Às entidades com as quais temos acordos, parcerias, pela cordialidade nas relações e pelo interesse que partilham com a nossa e vossa Misericórdia, nomeadamente à Câmara Municipal de Boticas, à Junta de Freguesia de Boticas e Granja e todas as empresas, bancos, e outras entidades que contribuíram de diversas formas para o bom desempenho desta nossa missão, cujos apoios tem sido de relevante importância na área social e financeira desta Instituição, e por fim, a todos os Botiquenses.





IV. CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS





RSM & Associados - Sroc, Lda

Av. do Brasil, 15-1, 1749-112 Lisboa (Sede)
T: +351 21 3553 550 E: geral.lisboa@rsmpt.pt
Rua da Saudade, 132-3, 4150-682 Porto
T: +351 22 2074 350 E: geral.porto@rsmpt.pt
www.rsmpt.pt

CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS

RELATO SOBRE A AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Opinião

Auditámos as demonstrações financeiras anexas de **Santa Casa da Misericórdia de Boticas** (a Entidade), que compreendem o balanço em 31 de dezembro de 2025 (que evidencia um total de 9.387.464 euros e um total de fundos patrimoniais de 7.288.325 euros, incluindo um resultado líquido de 6.906 euros), a demonstração dos resultados por naturezas, a demonstração de fluxos de caixa relativas ao ano findo naquela data, e o anexo às demonstrações financeiras que incluem um resumo das políticas contabilísticas significativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras anexas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materiais, a posição financeira de **Santa Casa da Misericórdia de Boticas** em 31 de dezembro de 2025 e o seu desempenho financeiro relativo ao ano findo naquela data de acordo com as Norma Contabilística e de Relato Financeiro para as Entidades do Setor Não Lucrativo adotada em Portugal através do Sistema de Normalização Contabilística.

Bases para a opinião

A nossa auditoria foi efetuada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISA) e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas. As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na secção "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras" abaixo. Somos independentes da Entidade nos termos da lei e cumprimos os demais requisitos éticos nos termos do código de ética da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.

Estamos convictos de que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião.

Responsabilidades do órgão de gestão e do órgão de fiscalização pelas demonstrações financeiras

O órgão de gestão é responsável pela:

- preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira e o desempenho financeiro da Entidade de acordo com a Norma Contabilística e de Relato Financeiro para as Entidades do Setor Não Lucrativo adotada em Portugal através do Sistema de Normalização Contabilística;

THE POWER OF BEING UNDERSTOOD
AUDIT TAX CONSULTING

RSM & Associados - Sroc, Lda é uma firma independente não-membro do RSM International (o "RSM") cuja finalidade é a normalização de
unidade de trabalho independente, incluindo a prestação de serviços de auditoria e de consultoria e de relatórios
RSM International (incluindo a unidade de trabalho) é uma entidade legalmente independente
Instituto Registral e Fiscalização (IRF) de Contas Públicas (IRF) - Instituto Registral e Fiscalização (IRF) de Contas Públicas (IRF)
NIF: 501 632 791 - Capital Social: 544 000 €



- elaboração do relatório de gestão nos termos legais e regulamentares aplicáveis;
- criação e manutenção de um sistema de controlo interno apropriado para permitir a preparação de demonstrações financeiras isentas de distorções materiais devido a fraude ou a erro;
- adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados nas circunstâncias; e
- avaliação da capacidade da Entidade de se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias que possam suscitar dúvidas significativas sobre a continuidade das atividades.

O órgão de fiscalização é responsável pela supervisão do processo de preparação e divulgação da informação financeira da Entidade

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

A nossa responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras como um todo estão isentas de distorções materiais devido a fraude ou erro, e emitir um relatório onde conste a nossa opinião. Segurança razoável é um nível elevado de segurança, mas não é uma garantia de que uma auditoria executada de acordo com as ISA detetará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ter origem em fraude ou erro e são consideradas materiais se, isoladas ou conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nessas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria de acordo com as ISA, fazemos julgamentos profissionais e mantemos ceticismo profissional durante a auditoria e também:

- identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras, devido a fraude ou a erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos, e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião. O risco de não detetar uma distorção material devido a fraude é maior do que o risco de não detetar uma distorção material devido a erro, dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno;
- obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objetivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno da Entidade;
- avaliamos a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respetivas divulgações feitas pelo órgão de gestão;
- concluímos sobre a apropriação do uso, pelo órgão de gestão, do pressuposto da continuidade e, com base na prova de auditoria obtida, se existe qualquer incerteza material relacionada com acontecimentos ou condições que possam suscitar dúvidas significativas sobre a capacidade da Entidade para dar continuidade às suas atividades. Se concluirmos que existe uma incerteza material, devemos chamar a atenção no nosso relatório para as divulgações relacionadas incluídas nas demonstrações financeiras ou, caso essas divulgações não sejam adequadas, modificar a nossa opinião. As nossas conclusões são baseadas na prova de auditoria obtida até à data do nosso relatório. Porém, acontecimentos ou condições futuras podem levar a que a Entidade descontinue as suas atividades;

- avaliamos a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras, incluindo as divulgações, e se essas demonstrações financeiras representam as transações e acontecimentos subjacentes de forma a atingir uma apresentação apropriada; e
- comunicamos com os encarregados da governação, entre outros assuntos, o âmbito e o calendário planeado da auditoria, e as conclusões significativas da auditoria incluindo qualquer deficiência significativa de controlo interno identificado durante a auditoria.

A nossa responsabilidade inclui ainda a verificação da concordância da informação constante do relatório de gestão com as demonstrações financeiras.

RELATO SOBRE OUTROS REQUISITOS LEGAIS E REGULAMENTARES

Sobre o relatório de gestão

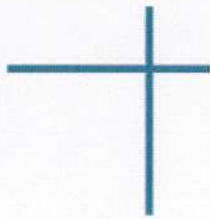
Dando cumprimento aos requisitos legais aplicáveis, somos de parecer que o relatório de gestão foi preparado de acordo com os requisitos legais e regulamentares aplicáveis em vigor e a informação nele constante é coerente com as demonstrações financeiras auditadas e, tendo em conta o conhecimento e a apreciação sobre a Entidade, não identificamos incorreções materiais.

Porto, 01 de abril de 2026



RSM & ASSOCIADOS - SROC, LDA

representada por Carlos de Jesus Pinto de Carvalho (ROC n.º 622)
registado na CMVM com o n.º 20160268



V. ATA DO CONSELHO FISCAL





ATA DO CONSELHO FISCAL

INTRODUÇÃO

Em cumprimento do disposto na alínea e) do n.º 1 do artigo 32 do Compromisso da Irmandade da Santa Casa da Misericórdia de Boticas, conjugado com a alínea c), do artigo 14 do Decreto-lei n.º 172-A, de 14 de novembro de 2014, o Conselho Fiscal, no exercício das suas competências, examinou o Relatório de Atividades e Contas de Gerência de 2025, apresentado pela Mesa Administrativa e emite o correspondente Parecer, a submeter à Assembleia Geral.

RESPONSABILIDADES

É da responsabilidade da Mesa Administrativa a apresentação do Relatório e Contas e respetivas demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira da Irmandade da Santa Casa da Misericórdia de Boticas, o resultado das suas operações, bem como a adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados e a manutenção de um controlo interno apropriado.

A nossa responsabilidade é de fiscalizar e expressar uma opinião baseada na nossa análise e dar parecer sobre o Relatório e Contas da Mesa Administrativa.

ÂMBITO

Foram analisadas todas as Demonstrações Financeiras referentes ao citado exercício, bem como, a Certificação Legal de Contas emitida pelo Revisor Oficial de Contas.

Foram solicitados alguns esclarecimentos ao Contabilista Certificado.

Verificamos que as demonstrações financeiras incluídas no conjunto dos documentos de prestação de contas foram preparadas de acordo com os normativos contabilísticos em vigor e obedeceram aos preceitos legais adotados.

Verificamos no entanto, que apesar da conjuntura mundial, a Misericórdia conseguiu manter a sustentabilidade financeira necessária para prosseguir o objetivo social da Instituição.

Examinamos o Relatório e as Contas de Gerência, as quais incluem o Balanço a 31 de dezembro de 2025 (que evidencia um total de 9.387.463,61€, incluindo um resultado líquido positivo de 6.906,33€), a Demonstração de Resultados por naturezas (que evidencia um total de Gastos de 5.195.501,41€ e de Rendimentos de 5.202.407,74€), a Demonstração das alterações dos fundos patrimoniais, a Demonstração dos Fluxos de Caixa e o correspondente Anexo.

Concluimos que o Relatório e Contas de Gerência referentes ao período de 2025 e as demonstrações financeiras referidas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materialmente relevantes, a posição financeira da Santa Casa da Misericórdia de Boticas, em 31 de dezembro de 2025.

PARECER

Face ao exposto é emitido PARECER FAVORÁVEL e recomendamos aos Irmãos:

1. Que aprovelem o Relatório de Atividades de 2025.
2. Que aprovelem as Contas de Gerência de 2025, as Demonstrações Financeiras e o Relatório de Gestão.
3. Que o resultado líquido positivo de 6.906,33€ seja transferido para Resultados Transitados, conforme proposta da Mesa Administrativa.

Boticas, 14 de abril de 2026

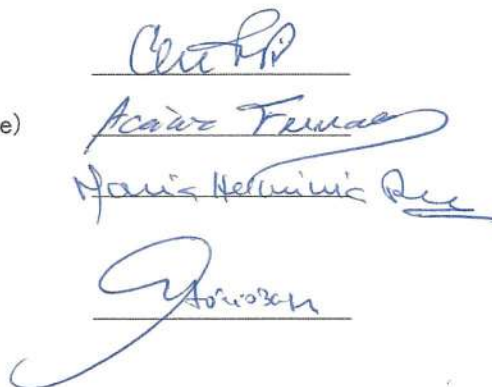
O Conselho Fiscal da Santa Casa da Misericórdia de Boticas,

Salvador Pereira Martins (Presidente)

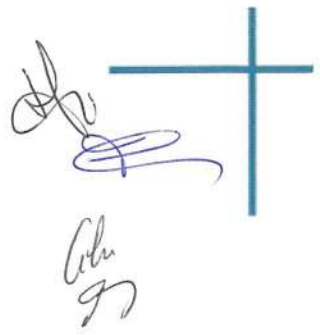
Acácio Queiroga Fernandes (Vice-Presidente)

Maria Hermínia Pereira Rua (Secretária)

António Borges (Contabilista Certificado)



The image shows four handwritten signatures in blue ink, each placed above a horizontal line. The signatures correspond to the names listed to the left: Salvador Pereira Martins, Acácio Queiroga Fernandes, Maria Hermínia Pereira Rua, and António Borges.



Handwritten signature in blue ink, consisting of a stylized name and a large cross symbol.

VI. APROVAÇÃO DO RELATÓRIO E CONTAS DE GERÊNCIA DE 2025



APROVAÇÃO DO RELATÓRIO E CONTAS DE GERÊNCIA DE 2025

O presente Relatório e Contas de Gerência de 2025 foi aprovado na reunião de Mesa Administrativa de 01 de abril de 2026.

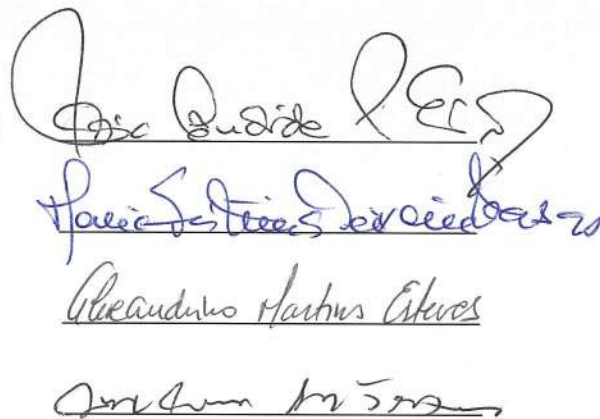
A Mesa Administrativa

Maria Cândida Pereira das Eiras (Vice-Provedora)

Maria Fátima Teixeira Casas (Tesoureira)

Alexandrino Martins Esteves (Secretário)

José Curião Teixeira (Vogal)



Handwritten signatures in blue ink corresponding to the names listed on the left. The signatures are: José Curião Teixeira, Maria Fátima Teixeira Casas, Alexandrino Martins Esteves, and Maria Cândida Pereira das Eiras.

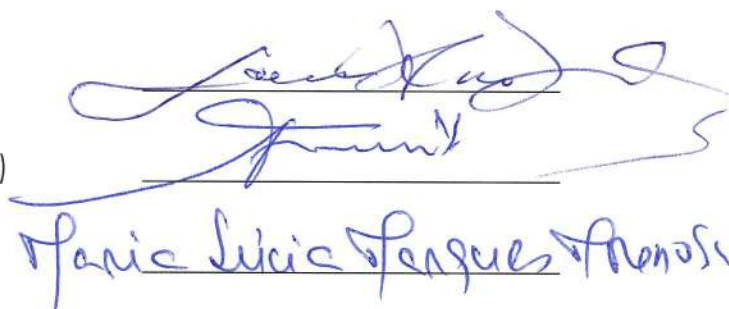
Aprovado, por unanimidade, em Assembleia Geral de 24 de abril de 2026.

A Mesa da Assembleia Geral

Laureano Afonso Gonçalves (Presidente)

António Gonçalves Ferreira (Vice-Presidente)

Maria Lúcia Marques Moreno (Secretária)



Handwritten signatures in blue ink corresponding to the names listed on the left. The signatures are: António Gonçalves Ferreira, Maria Lúcia Marques Moreno, and Laureano Afonso Gonçalves.